



ÍNDICE

I. Nota Introdutória	3
II. A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	4
III. Estrutura Organizacional e Recursos	14
IV. Relatório das Atividades Realizadas	16
V. Relatório Financeiro.....	50
VI – ANEXO I.....	66
VII. Deliberação do Conselho Intermunicipal	74
VIII. Deliberação da Assembleia Intermunicipal.....	75

I. Nota Introdutória

O ano de 2014 é o ano de institucionalização da Cim Região de Coimbra. Em 14 de janeiro toma posse, em 1ª reunião de Assembleia Intermunicipal, instalada igualmente nessa data, o 1º secretário executivo intermunicipal.

O Conselho Intermunicipal tinha previamente deliberado, em 18 de novembro de 2013, que esse seria um órgão singular.

Em 23 de setembro de 2014, é instalado o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, concluindo-se assim, formalmente a institucionalização de todos os órgãos de governação desta Comunidade Intermunicipal.

Resultado da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, esta nova entidade intermunicipal resulta da extinção da Cim Pinhal Interior Norte e agregação da maioria dos municípios dessa NUT III à CIM Região de Coimbra que sucede, *ope legis*, à Cim Baixo Mondego, constituindo-se assim uma nova estrutura político-administrativa que associa 19 municípios com uma significativa diversidade geográfica, social e económica.

Impôs-se por isso, como tarefa prioritária, consolidar esta nova realidade conferindo-lhe identidade, assegurar um eficaz modelo de governação e afirmar, no trabalho de planeamento estratégico, os incontornáveis princípios da coesão territorial e da subsidiariedade.

Paralelamente, e na sequência da audição e participação de diversos agentes do desenvolvimento regional na conceção do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Territorial, documento base de preparação da Estratégia 2020 à escala da NUT III (Pinhal Interior Norte + Baixo Mondego), importava retomar o diálogo institucional com os interlocutores do sistema científico e tecnológico, do 3º sector, da administração desconcentrada do Estado e do meio empresarial, afirmando a Cim Região de Coimbra como agente político gerador de plataformas multinível e interinstitucionais nas diversas áreas do desenvolvimento regional.

Coroando este conjunto de operações, coube à Cim Região de Coimbra, refletir e operacionalizar todo um conjunto de ações preparatórias do novo período de Fundos Europeus Estruturais de Investimento (Feei), que se conclui em Junho, com a aprovação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra 2014-2020 e que evolui, por imperativo dos normativos do Acordo de Parceria / Portugal 2020, para a versão final do documento Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra que irá habilitar esta Comunidade a candidatar-se a um Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial que alocará a esta entidade os meios financeiros para executar políticas públicas em diversas áreas temáticas, definidas no referido Acordo de Parceria.

Coimbra, 6 de abril de 2015

O 1º secretário executivo intermunicipal

Jorge M. Teixeira Bento

II. A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

A Comunidade Intermunicipal da Região Coimbra (CIM Rc) é uma entidade intermunicipal de natureza associativa de âmbito territorial, regendo-se pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e seu anexo, pelos seus estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

A CIM Rc é composta pelos Municípios de Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares.



Ilustração 1- Território da CIM Região de Coimbra

1.1 Atribuições

Sem prejuízo das atribuições cometidas por Lei ou transferidas pela Administração Central, a CIM Rc tem por fim a prossecução dos seguintes fins públicos:

- Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito da gestão e/ou contratualização de fundos comunitários;
- Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

Cabe à CIM RC assegurar a articulação das atuações entre os Municípios e os serviços da Administração Central, nas seguintes áreas:

- a) Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- b) Rede de equipamentos de saúde;
- c) Rede educativa e de formação profissional;
- d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- e) Segurança e proteção civil;
- f) Mobilidade e transportes;
- g) Redes de equipamentos públicos;
- h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;
- i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

Compete à CIM RC exercer as atribuições transferidas pela administração estadual e o exercício em comum das competências delegadas pelos Municípios que as integram, nos termos da legislação em vigor.

Cabe igualmente à CIM RC designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas e entidades empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.

1.2. Órgãos da CIM Região de Coimbra

De acordo com o previsto no artigo 82.º do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no artigo 5º dos Estatutos da CIM RC, os seus órgãos representativos são a Assembleia Intermunicipal, o Conselho Intermunicipal, o Secretariado Executivo Intermunicipal e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

1.2.1. Assembleia Intermunicipal

A Assembleia Intermunicipal é constituída por membros das Assembleias Municipais dos Municípios que integram a CIM RC, eleitos de forma proporcional de acordo com o número de eleitores que constituem cada Município.

São competências da Assembleia Intermunicipal:

- a) Eleger a mesa da Assembleia Intermunicipal;
- b) Aprovar, sob proposta do Conselho Intermunicipal, as opções do plano e a proposta de orçamento e as suas revisões;
- c) Aprovar, sob proposta do Conselho Intermunicipal, o mapa de pessoal;
- d) Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e, ainda, apreciar e votar os documentos de prestação de contas;

- e) Eleger, sob proposta do Conselho Intermunicipal, o Secretariado Executivo Intermunicipal;
- f) Aprovar o seu regimento e os regulamentos, designadamente de organização e funcionamento;
- g) Aprovar moções de censura ao Secretariado Executivo Intermunicipal;
- h) Aprovar e alterar os estatutos, sob proposta do Conselho Intermunicipal;
- i) Autorizar, sob proposta do Conselho Intermunicipal, a contratação de empréstimos, nos termos da Lei;
- j) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, pelos estatutos ou pelo regimento.

Município	Nº de Membros	Município	Nº de Membros
Arganil	4	Montemor-o-Velho	4
Cantanhede	4	Mortágua	4
Coimbra	8	Oliveira do Hospital	4
Condeixa-a-Nova	4	Pampilhosa da Serra	2
Figueira da Foz	6	Penacova	4
Góis	2	Penela	2
Lousã	4	Soure	4
Mealhada	4	Tábua	4
Mira	4	Vila Nova de Poiares	2
Miranda do Corvo	4	Total	74

Tabela 1- Distribuição por município, dos membros intermunicipais

Este órgão foi constituído em 14 de janeiro de 2014 e à data, a Mesa da Assembleia é composta por:

- Presidente: Fernando Luís de Almeida Torres Marinho, Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra;
- Vice-presidente: Fernando dos Santos Antunes, Presidente da Assembleia Municipal de Penela;
- Secretário: José Maria Maia Gomes, Presidente da Assembleia Municipal de Cantanhede.



Ilustração 2- Elementos da Mesa da Assembleia Intermunicipal

Este órgão reúne ordinariamente duas vezes por ano, em abril e em novembro ou dezembro, em cumprimento do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do seu regimento.

1.2.2. Conselho Intermunicipal

O Conselho Intermunicipal é constituído pelos Presidentes das dezanove Câmaras Municipais dos Municípios que integram a CIM RC.

Compete ao Conselho Intermunicipal:

- a) Eleger o seu presidente e vice-presidentes, na sua primeira reunião;
- b) Definir e aprovar as opções políticas e estratégicas da CIM RC;
- c) Submeter à Assembleia Intermunicipal a proposta do plano de ação da Comunidade Intermunicipal, o orçamento e as suas revisões;
- d) Aprovar as alterações orçamentais, sob proposta do Secretariado Executivo Intermunicipal;
- e) Aprovar os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal, cujos regimes jurídicos são definidos em diploma próprio, incluindo:
 - i) Plano intermunicipal de ordenamento do território;
 - ii) Plano intermunicipal de mobilidade e logística;
 - iii) Plano intermunicipal de proteção civil;
 - iv) Plano intermunicipal de gestão ambiental;
 - v) Plano intermunicipal de gestão de redes de equipamentos de saúde, educação, cultura e desporto;
- f) Propor ao Governo os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal;
- g) Pronunciar-se sobre os planos e programas da administração central com interesse intermunicipal;
- h) Acompanhar e fiscalizar a atividade do Secretariado Executivo Intermunicipal, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local;
- i) Apreciar, com base na informação disponibilizada pelo Secretariado Executivo Intermunicipal, os resultados da participação da CIM RC nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;
- j) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços da CIM RC;

- k) Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para a CIM RC;
 - l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as câmaras municipais contratos de delegação de competências, nos termos previstos na Lei;
 - m) Aprovar a celebração de contratos de delegação de competências com o Estado e com os Municípios, bem como a respetiva resolução e revogação;
 - n) Autorizar a CIM RC a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou do setor social e cooperativo, a criar ou participar noutras pessoas coletivas e a constituir empresas locais;
 - o) Propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;
 - p) Deliberar sobre a existência e o número de secretários intermunicipais, no limite máximo de dois, e se os mesmos são remunerados, nos termos da presente lei;
 - q) Aprovar o seu regimento;
 - r) Aprovar, sob proposta do Secretariado Executivo Intermunicipal, os regulamentos com eficácia externa;
 - s) Aprovar as taxas da CIM RC e fixar o respetivo valor;
-
- t) Deliberar sobre a forma de imputação material aos Municípios integrantes da CIM RC das despesas não cobertas por receitas próprias;
 - u) Aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da CIM RC e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas;
 - v) Aprovar a constituição da entidade gestora da requalificação nas autarquias, bem como o regulamento específico;
 - w) Definir os preços relativos a serviços prestados e bens fornecidos;
 - x) Apresentar à Assembleia Intermunicipal, para apreciação e votação, os documentos de prestações de contas da CIM RC;
 - y) Fixar o limite de autorização de despesas para efeitos de contratualização de empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços por parte do Secretariado Executivo Intermunicipal;
 - z) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa se encontre acima do limite fixado na alínea anterior;
 - za) Autorizar a alienação de bens imóveis cujo valor se encontre acima do limite fixado na alínea seguinte;
 - zb) Fixar o valor a partir do qual a alienação de bens imóveis pelo Secretariado Executivo Intermunicipal deve ser autorizada pelo Conselho Intermunicipal;
- Compete ainda ao Conselho Intermunicipal:
- a) Comparecer nas assembleias municipais com faculdade de delegação no presidente do CI ou no Secretariado Executivo Intermunicipal;
 - b) Deliberar sobre a demissão do Secretariado Executivo Intermunicipal;
 - c) A representação da Comunidade Intermunicipal perante quaisquer entidades externas, com faculdade de delegação no Secretariado Executivo Intermunicipal.



Ilustração 3 -Reunião do Conselho Intermunicipal

A 31 de dezembro de 2014, o Conselho Intermunicipal era presidido por:

- Presidente do Conselho Intermunicipal, João Albino Rainho Ataíde das Neves, Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz; *
- Vice-presidente do Conselho Intermunicipal, Ricardo Pereira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil;
- Vice-presidente do Conselho Intermunicipal, José Carlos Alexandrino Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

* Tomada de posse a 04-03-2014. De 01-01-2014 a 04-03-2014, estas funções foram exercidas pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Augusto Soares Machado.

O Presidente e os Vice-presidentes do Conselho Intermunicipal reúnem com o Secretariado Executivo semanalmente.

O Conselho Intermunicipal, reúne ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que se justifique.

1.2.3. Secretariado Executivo Intermunicipal

O Secretariado Executivo Intermunicipal da CIM RC é composto pelo Primeiro Secretário Intermunicipal, Jorge Manuel da Conceição Teixeira Bento.

Compete ao Secretariado Executivo Intermunicipal:

- a) Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Intermunicipal os planos necessários à realização das atribuições intermunicipais;
 - b) Participar, com outras entidades, no planeamento que diretamente se relacione com as atribuições da CIM RC, emitindo parecer a submeter a apreciação e deliberação do Conselho Intermunicipal;
 - c) Assegurar a articulação entre os Municípios e os serviços da administração central;
 - d) Colaborar com os serviços da administração central com competência no domínio da proteção civil e com os serviços municipais de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos, bem como nas operações de proteção, socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe;
 - e) Participar na gestão de programas de desenvolvimento regional e apresentar candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas;
 - f) Preparar para o Conselho Intermunicipal a proposta do plano de ação e a proposta do orçamento, assim como as respetivas propostas de alteração e revisão;
 - g) Executar as opções do plano e o orçamento;
-
- h) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa se encontre abaixo do limite definido pelo Conselho Intermunicipal;
 - i) Autorizar o pagamento de despesas até ao valor fixado na alínea anterior;
 - j) Alienar bens imóveis em hasta pública, por autorização do Conselho Intermunicipal;
 - k) Preparar para o Conselho Intermunicipal a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da CIM RC e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas;
 - l) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse intermunicipal, em parceria com entidades da administração central;
 - m) Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Intermunicipal, projetos de regulamentos com eficácia externa da CIM RC;
 - n) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, cuja autorização de despesa se encontre abaixo do limite definido pelo Conselho Intermunicipal;
 - o) Dirigir os serviços intermunicipais;
 - p) Alienar bens móveis, dependente de autorização quando o valor se encontre acima do limite definido pelo Conselho Intermunicipal;
 - q) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
 - r) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
 - s) Enviar ao Tribunal de Contas as contas da CIM RC;
 - t) Executar projetos de formação dos recursos humanos dos Municípios;
 - u) Executar projetos de apoio à gestão municipal;

- v Exercer as competências delegadas nos termos dos contratos interadministrativos;
- w) Assegurar o cumprimento das deliberações do Conselho Intermunicipal;
- x) Apresentar propostas ao Conselho Intermunicipal sobre matérias da competência deste;
- y) Exercer as demais competências legais.



Ilustração 2- 1.º Secretário Executivo Intermunicipal

1.2.4. Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal

O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal é um órgão de natureza consultiva destinado ao apoio no processo de decisão dos restantes órgãos da CIM RC.

Na reunião do Conselho Intermunicipal do dia 13 de maio de 2014, foi aprovado por unanimidade a proposta de constituição do Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal.



Ilustração 3- Tomada de Posse do CEDI

Este órgão é constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais, designadamente:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- Universidade de Coimbra
- Instituto Politécnico de Coimbra
- Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra
- Instituto Pedro Nunes
- Conselho Empresarial do Centro
- União das Misericórdias Portuguesas
- União para as Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Cáritas Diocesana de Coimbra
- Centro Distrital do Instituto de Segurança Social
- Direção Regional de Agricultura e Pescas
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- Administração Regional de Saúde do Centro
- Direção Regional da Cultura do Centro
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
- Turismo Centro de Portugal
- Instituto do Emprego e Formação Profissional
- Administração da Região Hidrográfica do Centro
- IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP
- Instituto Português do Desporto e da Juventude
- Porto da Figueira da Foz
- Polícia de Segurança Pública de Coimbra
- Guarda Nacional Republicana
- Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra
- Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego
- Associação Nacional de Escolas Profissionais
- ADICES - Associação de Desenvolvimento Local



- Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra - ADIBER
- Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego - ADELO
- Associação Terras de Sícó - Associação de Desenvolvimento
- Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça - DUECEIRA

A 28 de outubro de 2014, o CEDI teve a sua primeira reunião de trabalho onde foi analisado o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra e foram recolhidos contributos para a sua operacionalização.

III. Estrutura Organizacional e Recursos

3.1. Recursos Humanos

A gestão de recursos humanos traduz-se, no essencial, por trabalhar para e com as pessoas, não descurando a visão estratégica e os objetivos da organização nas suas diversas vertentes, designadamente a promoção e valorização das pessoas, através da sua integração organizacional e da frequência de ações formativas.

Em termos organizacionais, apresenta-se o organigrama da CIM RC vigente durante o ano de 2014:

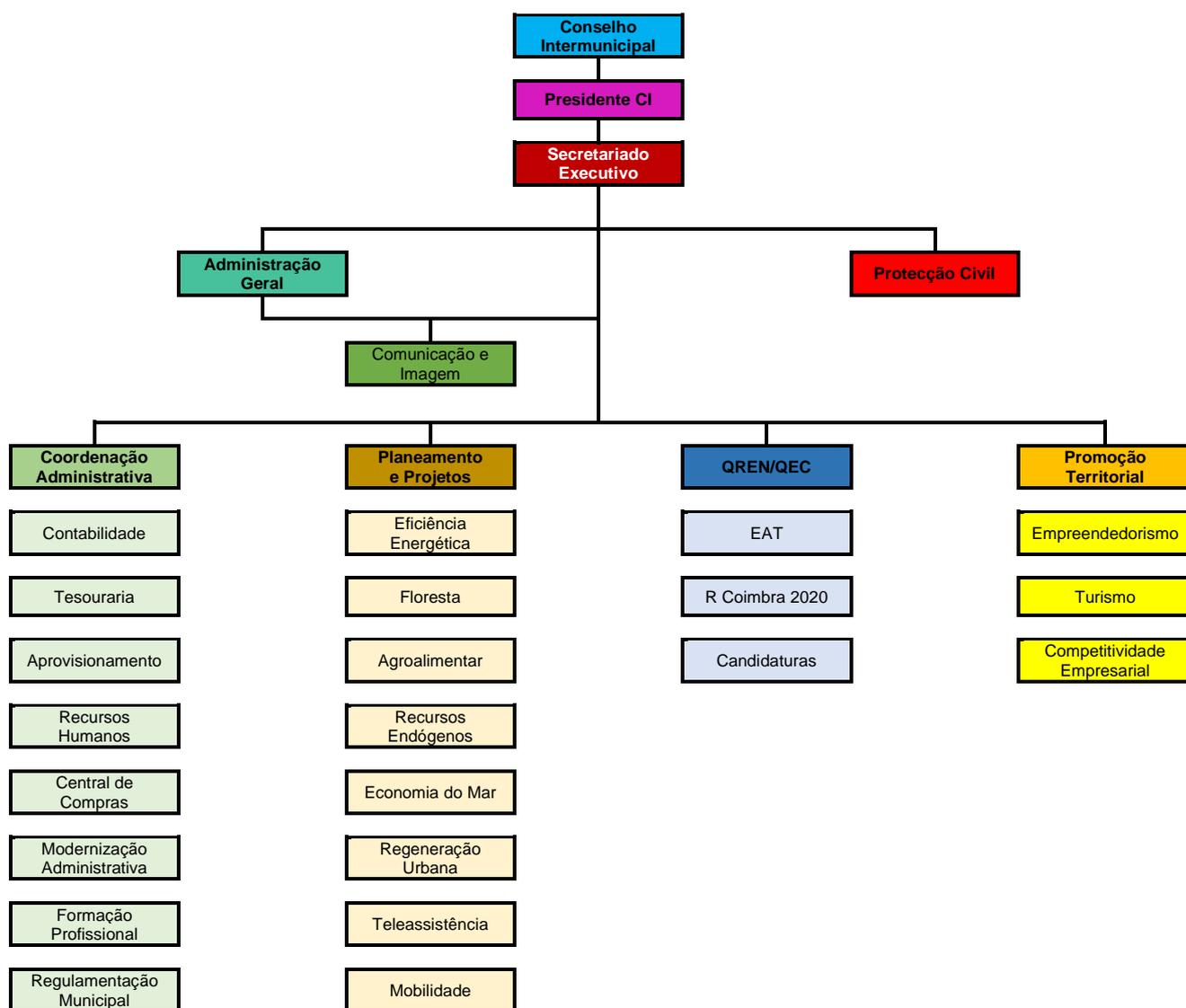


Ilustração 4- Organigrama da CIM RC

Relativamente aos recursos humanos a CIM RC dispunha dos seguintes elementos no seu mapa de pessoal:

Unidade Orgânica	Nº de Postos de Trabalho		Cargos/ Carreiras / Categorias			Tipo de Vínculo		
	Ocupados	Vagos	Chefe de Divisão	Técnico Superior	Assistente Técnico	Pessoal em Mobilidade	Contrato por tempo indeterminado	Pessoal em Comissão de Serviço
Serviço de Apoio Administrativo	4	1	0	2	2	2	2	0
Subtotal	4	1	0	2	2	2	2	0
Gestão de Fundos Comunitários (QREN/QEC)	5	4	0	5	0	0	5	0
Subtotal	5	4	0	5	0	0	5	0
Total Geral	9	5	0	7	2	2	7	0

Tabela 2- Mapa de Pessoal

Para além destes, a CIM RC conta com a colaboração de quatro técnicos em prestação de serviços em regime de avença, por tempo limitado, nomeadamente, a prestar apoio no Gabinete de Comunicação e Imagem, na Estrutura de Apoio Técnico, no projeto “Operação Imaterial de Apoio ao Empreendedorismo” e na promoção Turística.

No âmbito das competências atribuídas ao Serviço de Pessoal, foram realizadas, com incidência, as seguintes tarefas:

- Organização de todos os processos relativos aos Recursos Humanos e às situações de mobilidade;
- Registo de assiduidade, férias, faltas, licenças, seguros de acidente de trabalho;
- Organização dos processos relativos à ADSE, Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social;
- Processamento de vencimentos, ajudas de custo e outros abonos dos funcionários da CIM RC;
- Declarações IRS/2013 – funcionários, deputados intermunicipais e prestadores de serviços.

3.2. Recursos Físicos

A Comunidade Intermunicipal funciona em instalações devidamente equipadas, na Rua do Brasil n.º 131 3030-175, na cidade de Coimbra, arrendadas à Fundação CEFA.

O inventário encontra-se devidamente organizado, cumprindo as regras estabelecidas no Cadastro e Inventários dos Bens do Estado (CIBE), e registado no programa informático - Sistema de Inventário e Cadastro (SIC).

IV. Relatório das Atividades Realizadas

As principais atividades da CIM RC desenvolvidas no ano de 2014, enquadram-se nas linhas orientadoras aprovadas nos documentos previsionais (GOP e Orçamento) em reunião de Assembleia Intermunicipal a 14 de janeiro de 2014.

De uma forma geral, as atividades desenvolvidas foram:

Promoção da articulação institucional com as entidades da Administração Central e entidades/empresas locais

Na prossecução do desenvolvimento da Região, foram tomadas posições formais, por parte do Conselho Intermunicipal, nomeadamente através da/o:

- Solicitação de reunião com o Senhor Ministro da Economia, António Pires de Lima para a reivindicação da inclusão da obra de conclusão do IC6 e do IC7 no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI 3+).
- Tomada de posição pública de reivindicação da inclusão da obra de conclusão do IC6 e do IC7 no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI 3+) e de exigência de clarificação das condições de financiamento do Sistema de Mobilidade do Mondego, no âmbito desse mesmo documento, pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.
- Defesa pelo não encerramento dos Serviços de Finanças;
- Relacionamento com a Empresa Águas de Portugal;
- Privatização da Empresa Geral de Fomento.



CIM UNIDAS REIVINDICAM CONCLUSÃO DO IC6 E IC7

Comunidades intermunicipais da Região de Coimbra e das Beiras e Serra da Estrela exigem conclusão destas vias, para não se assistir a uma "irracionalidade económica" [Página 10](#)

Ilustração 5- Capa do Jornal "As Beiras" e Capa do Jornal "Diário de Coimbra"

É de destacar a presença nas instalações da CIM RC, para reuniões de trabalho:

- No dia 26 de fevereiro, do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida, para análise e discussão do enquadramento das novas políticas para a gestão dos fundos comunitários, no âmbito da Estratégia 2020;
- No dia 6 de junho, do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro, para discussão de temáticas variadas;
- No dia 7 de outubro, na presença do Senhor Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Rural, Miguel Poiães Maduro, assinatura dos protocolos na sede da CIM RC, para a criação dos Espaços do Cidadão nos Municípios da CIM RC.



Ilustração 6- Fotografias das reuniões realizadas (26 de fevereiro, 06 de junho e 07 de outubro)

Comunicação, Imagem e Promoção do Território

Com a criação do Gabinete de Comunicação e Imagem, foi possível divulgar as atividades da CIM RC junto da comunicação social e da população em geral.

Com base no logótipo já existente, foi criado um novo logótipo institucional, com as cores verde, azul, amarelo e laranja, que representam os principais recursos naturais, dos 19 Municípios da Região de Coimbra.

A CIM RC dispõe de um novo site na Internet: <http://cim-regiaodecoimbra.pt/> e de uma página no Facebook, onde é diariamente atualizada informação sobre a atividade da instituição e também dos Municípios.

Por deliberação do Conselho Intermunicipal, a CIM RC participou na edição 2014 da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), que decorreu de 12 a 16 março na FIL | Parque das Nações. Durante cinco dias, foi possível dar a

conhecer ao público alguns dos produtos regionais, ofertas turísticas e cultura dos dezanove Municípios da nossa Região.

De 1 a 4 de maio, a CIM RC marcou presença na Feira Ibérica de Turismo, na Guarda, permitindo a divulgação, promoção, captação e desenvolvimento de fluxos turísticos e de valorização dos recursos endógenos da nossa região, junto de um público transfronteiriço.



Ilustração 7- Stand da CIM RC na BTL 2014 e Participação da CIM RC na FIT 2014

Outra das atividades desenvolvidas foi a renovação do Stand Institucional da CIM RC, com vista à participação em feiras nacionais e internacionais, nomeadamente, na Expofacic 2014 e a criação de um Stand 3x3m, que utiliza parte dos elementos do stand institucional destinado a eventos de menor dimensão.



Ilustração 8- Stand da CIM RC na Expofacic 2014

Todas as iniciativas da CIM RC tiveram repercussão nos Órgãos de Comunicação Social Local e Regional, alcançando, nalguns casos, o âmbito nacional.



Ilustração 9- Página do Facebook da CIM RC

Contratualização

No decorrer de 2014 procedeu-se à efetiva adaptação do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro, à nova realidade da CIM RC, decorrente da entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Em reunião do Conselho Intermunicipal de 13 de maio de 2014 foi aprovada a minuta da nova Adenda ao Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, tendo a mesma sido celebrada em 20 de maio de 2014. Assim, esta nova Adenda veio atualizar os elementos do Contrato que já se encontravam desatualizados, adaptando-o à sua efetiva execução.

Por outro lado, a celebração de uma nova Adenda que refletisse a nova realidade imposta pela entrada em vigor da Lei supracitada, constituía uma exigência das Autoridades de Certificação e Auditoria, uma vez que ocorreu uma alteração profunda na constituição e funcionamento do Organismo Intermédio - CIM RC.

Para além da celebração da Adenda, as Autoridades de Certificação e Auditoria exigiram também a atualização da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, documento este que regulamenta a atuação da CIM RC enquanto Organismo Intermédio. Foi ainda exigida, entre outros, a formalização da nomeação do Coordenador e a composição da Estrutura de Apoio Técnico.

Todos estes elementos foram analisado e verificados em sede de auditoria que a Autoridade de Auditoria - Inspeção Geral de Finanças (IGF) – efetuou à CIM RC no dia 14 de março, na qual foi verificada também toda a atuação e procedimentos da Estrutura de Apoio Técnico.

Na sequência da auditoria da IGF no âmbito do processo de aprovação da atualização da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, foi considerado oportuno promover uma versão consolidada e atualizada do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, reportada à data da última adenda (que decorreu da entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do novo enquadramento jurídico das CIM RC). Esta situação surgiu na sequência da multiplicação de adendas que foram sendo formalizadas ao longo do desenvolvimento do Programa Operacional, o que induziu, naturalmente, dificuldades para a obtenção de uma leitura adequada e com clareza dos contratos, quanto às condições contratuais. Importa referir que a versão consolidada do Contrato não introduziu nenhuma alteração face às que ocorreram anteriormente e para as quais

foram celebradas adendas, tratando-se apenas de uma republicação do contrato inicial com as alterações introduzidas pelas diversas adendas anteriormente celebradas.

Refira-se que a entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro implicou que o relacionamento entre a Autoridade de Gestão (AG) e os Organismos Intermédios (OI) – CIM, no âmbito do Contrato de Delegação de Competências, viesse a sofrer ajustamentos, nomeadamente através da avocação dos atos delegados nas CIM que sofreram alteração do território, para os projetos dos Municípios que transitaram de CIM. Outra iniciativa tomada pela AG respeitou às tarefas executadas pelos Coordenadores das EAT CIM, uma vez que estes deixaram de emitir pareceres sobre o trabalho técnico elaborado pelas equipas por eles coordenadas, sendo essa responsabilidade da AG.

Tendo a auditoria sido concluída com sucesso, resultou que as iniciativas que a AG promoveu após a entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no que se relaciona com os OI-CIM, deixaram de estar em efetividade. Assim, na 179ª Comissão Diretiva de 17 de dezembro de 2014, a AG deliberou que deixavam de estar avocados os atos delegados nas CIM para os projetos dos Municípios que transitaram de CIM, pelo que as funções/tarefas da responsabilidade das EAT CIM antes da entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foram, na íntegra, recuperadas. Relativamente aos Coordenadores da EAT CIM, a Comissão Diretiva deliberou que estes poderiam retomar o desempenho de todas as tarefas que até à entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro lhes estavam cometidas.

Desta forma, a tabela seguinte ilustra o ponto de situação da Contratualização da CIM RC a 31 de dezembro de 2014 ao nível da aprovação (número de projetos aprovados, investimento total e elegível e FEDER aprovado).

Beneficiário	Nº de Projetos	Investimento Total Aprovado (€)	Elegível Aprovado (€)	Feder Aprovado (€)	Feder Validado (€)	Feder Pago (€)	Taxa de Realização (Val/Aprov)	Taxa de Pagamento (Pag/Aprov)	Taxa de Reembolso (Pag/Val)
Município de Arganil	5	8 552 624,21	6 979 137,69	5 932 267,04	5 718 885,31	5 539 178,79	96,40%	93,37%	96,86%
Município de Cantanhede	6	6 109 434,95	5 273 093,56	4 476 772,21	3 430 264,54	3 355 808,00	76,62%	74,96%	97,83%
Inova, E.M.	1	1 895 482,42	493 147,06	419 175,00	139 510,78	146 495,67	33,28%	34,95%	105,01%
Município de Coimbra	11	11 601 459,07	9 485 612,41	8 062 770,56	7 963 868,91	7 654 075,33	98,77%	94,93%	96,11%
Município de Condeixa-a-Nova	4	8 494 425,38	6 846 848,59	5 819 821,30	4 816 583,26	4 702 874,91	82,76%	80,81%	97,64%
Município da Figueira da Foz	6	6 908 770,53	5 502 373,20	4 677 017,22	4 426 449,58	4 403 275,30	94,64%	94,15%	99,48%
Município de Góis	3	2 827 610,89	2 723 391,16	2 314 882,47	2 314 882,47	2 199 551,72	100,00%	95,02%	95,02%
Município da Lousã	2	2 725 579,48	2 585 896,32	2 198 011,88	2 198 011,88	2 159 130,78	100,00%	98,23%	98,23%
Município da Mealhada	11	12 645 037,89	9 757 141,98	8 293 570,69	7 286 360,42	7 155 626,06	87,86%	86,28%	98,21%
MUNICÍPIO DE MIRA	5	3 127 748,45	2 475 614,76	2 104 272,54	2 077 416,84	1 999 058,91	98,72%	95,00%	96,23%
Município de Miranda do Corvo	6	6 424 133,37	6 069 110,16	5 138 039,46	5 052 141,00	4 873 689,55	98,33%	94,86%	96,47%
Município de Montemor-o-Velho	12	10 009 233,81	9 190 715,71	7 812 108,38	5 729 489,23	5 383 070,23	73,34%	68,91%	93,95%
Município de Mortágua	2	7 573 982,31	4 529 538,48	3 850 107,71	3 850 107,70	3 657 602,33	100,00%	95,00%	95,00%
Município de Oliveira do Hospital	8	6 311 388,04	6 130 271,09	5 210 730,43	5 184 682,42	5 044 826,29	99,50%	96,82%	97,30%
Município de Pampilhosa da Serra	4	6 417 948,43	5 620 796,08	4 777 676,67	4 690 144,43	4 553 411,80	98,17%	95,31%	97,08%
Município de Penacova	5	9 422 066,58	5 545 418,04	4 713 605,34	4 438 028,34	4 339 282,20	94,15%	92,06%	97,77%
Município de Penela	5	5 025 320,91	4 055 921,15	3 418 393,14	3 418 393,15	3 380 543,96	100,00%	98,89%	98,89%
Município de Soure	8	5 707 595,11	5 519 911,66	4 691 924,91	4 691 924,94	4 422 499,48	100,00%	94,26%	94,26%
Município de Tábua	2	4 009 446,62	3 635 064,44	3 089 804,77	3 089 804,77	3 000 405,24	100,00%	97,11%	97,11%
Município de Vila Nova de Poiares	4	3 914 932,70	3 487 700,43	2 964 545,40	2 893 595,48	2 816 318,10	97,61%	95,00%	97,33%
Total	110	129 704 221,15	105 906 703,97	89 965 497,12	83 410 545,45	80 786 724,65	92,71%	89,80%	96,85%

Tabela 3- Aprovação e Execução, por beneficiário, no âmbito da contratualização, a 31/12/2014

O nível da execução por operação, no âmbito da Contratualização, a 31 de dezembro de 2014, encontra-se no quadro n.º 1 do anexo I.

Apesar de ter verificado uma evolução positiva em termos de montantes de investimento aprovado e executado, as variações são pouco significativas face aos anos anteriores, uma vez que, no âmbito da Contratualização, não foram submetidas novas candidaturas.

No decorrer de 2014 a Estrutura de Apoio Técnico analisou e propôs a aprovação pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro de 4 candidaturas, conforme tabela abaixo apresentado:

Beneficiário	Projeto Designação	Nº de Projetos	Investimento Total Aprovado (€)	Elegível Aprovado (€)	Feder Aprovado (€)
Município de Cantanhede	Pavilhão Desportivo de Febres	1	1.485.562,86	1.447.769,68	1.230.604,23
Município da Figueira da Foz	Medidas de Segurança Rodoviária junto a Escolas	1	189.740,00	189.740,00	161.279,00
Município de Montemor-o-Velho	Arranjo Urbanístico em Pereira: Rua José Augusto Mendes dos Santos	1	323.425,91	322.327,48	273.978,36
Município de Penacova	Arrelvamento Sintético de Campos para a prática desportiva: Feira Nova, da Serra e Dr. Viegas Pimentel	1	999.180,55	999.180,55	849.303,47
	Total	4	2.997.909,32	2.959.017,71	2.515.165,06

Tabela 4- Candidaturas aprovadas, em 2014, no âmbito da Contratualização

Estas candidaturas haviam sido submetidas no final do ano de 2011 ao aviso para submissão de candidaturas em regime de balcão permanente específico para a CIM BM, sendo que, por vicissitudes várias, às quais a CIM RC é totalmente alheia, nomeadamente relativas com a “Operação Limpeza”, com a Reprogramação Estratégica do QREN e com as limitações de dotação FEDER disponível, apenas nesta altura foram reunidas as necessárias condições para proceder à sua aprovação.

No âmbito das atribuições da CIM RC enquanto Organismo Intermédio, compete à Estrutura de Apoio Técnico a apreciação e elaboração de pareceres técnicos de candidaturas objeto de reprogramação para submissão a deliberação pela Comissão Diretiva do Mais Centro. As reprogramações de candidaturas envolvem regularmente várias vertentes, nomeadamente de natureza física, financeira, temporal, de mercados públicos, etc, e exigem um esforço de análise semelhante ao despendido para novas candidaturas, pois abrangem a análise de todos os aspetos legais e regulamentares relativos à execução física e financeira das operações, incluindo a contratação pública, até ao momento da submissão da alteração.

No decorrer de 2014, a Estrutura de Apoio Técnico analisou e propôs a aprovação de reprogramações das seguintes candidaturas:

- ✓ Requalificação do Campo de Treinos do Estádio José Bento Pessoa (Figueira da Foz);
- ✓ Eixo Viário do Sistema Urbano do Vale (Montemor-o-Velho);
- ✓ Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Montemor-o-Velho, Gatões e Seixo (Montemor-o-Velho);
- ✓ Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca (Montemor-o-Velho);
- ✓ Pólo Logístico e Industrial de Arazede - 1ª Fase (Montemor-o-Velho).

Ao nível da execução, continuou a desenvolver-se as tarefas de verificação e análise de pedidos de pagamento das candidaturas da Contratualização. A verificação e análise de pedidos de pagamento compreendem um conjunto significativo de tarefas como a verificação dos procedimentos de contratação pública, verificação da elegibilidade temporal dos documentos de despesa e quitação, a sua natureza, verificação se as despesas foram devidamente quitadas e respetiva contabilização, verificação do tipo e elegibilidade de fornecedores e razoabilidade de custos, imputação de IVA, critérios de imputação, certidões de segurança social e administração fiscal, condicionantes e exceções, etc..

No decorrer de 2014, a Estrutura de Apoio Técnico analisou vinte e um pedidos de pagamento, relativos aos projetos apresentados no quadro n.º 2 do anexo I.

Com o evoluir do tempo e à medida que o QREN se aproxima do seu final, as tarefas de verificação de conformidade e no local têm vindo, naturalmente, a ganhar cada vez mais importância e a ocupar cada vez mais recursos.

As verificações de conformidade e no local (aplica-se uma ou outra em função do FEDER aprovado para cada operação) são obrigatórias e constituem um passo anterior à validação do relatório final submetido pelo beneficiário e encerramento da operação que permite o pagamento do saldo final.

Por outro lado, importa salientar que só com um encerramento sistemático das operações concluídas física e financeiramente será possível o apuramento das disponibilidades financeiras do Programa Operacional Regional do Centro.

Assim, o encerramento das operações e a definição dos seus valores finais, são essenciais não só para o pagamento do saldo final aos beneficiários como também para o apuramento de verbas libertadas que deverão ser disponibilizadas a outras operações, e assim garantir a integral execução do Programa. O não encerramento de operações prejudica enormemente o apuramento de verbas a libertar e impede o pagamento dos 5% finais de FEDER aos respetivos beneficiários.

O objetivo essencial das verificações de conformidade e no local consiste em verificar:

- ✓ Se as despesas declaradas pelos beneficiários foram realizadas e estão de acordo com os termos da deliberação de aprovação;
- ✓ Se existe correspondência entre os documentos de despesa e os bens e/ou serviços efetivamente fornecidos,
- ✓ Se as regras elegibilidade das despesas foram cumpridas,
- ✓ Se foi assegurado o cumprimento dos normativos nacionais e comunitários em matéria de contratação pública, concorrência, ordenamento do território, ambiente e igualdade de oportunidades.

As verificações de conformidade e no local são processos complexos e implicam, por vezes, a resolução de várias questões que ficaram pendentes nas fases de aprovação e execução. Por outro lado, ao longo dos últimos meses a metodologia a utilizar nas verificações de conformidade e no local tem sido afinada entre a CIM e a Autoridade de Gestão, estando este processo, nesta altura, estabilizado. Para tal contribuiu fortemente a nomeação, no final do primeiro trimestre de 2014, de um técnico da Autoridade de Gestão que efetua o acompanhamento dos relatórios produzidos por todas as CIM's.

À data da submissão do Relatório Final pelos beneficiários, uma grande parte dos elementos acima referidos não se encontram no dossier da candidatura, o que implica ter de solicitar esclarecimentos ao beneficiário, pois as candidaturas não poderão ser encerradas se os mesmos não constarem corretamente no processo.

Deve ser referido que, apesar de existir um salutar espírito de cooperação entre os técnicos de todos os Municípios e a Estrutura de Apoio Técnico, têm-se verificado bastantes dificuldades na obtenção dos esclarecimentos solicitados, com atrasos de várias semanas e meses. Esta situação implica a solicitação de sucessivos pedidos de esclarecimentos até serem apresentados todos os elementos corretamente instruídos, facto que tem motivado atrasos na elaboração dos relatórios de conformidade e no local e, conseqüentemente, no encerramento das operações.

No decorrer de 2014, vinte candidaturas (quadro n.º 3 do anexo I) obtiveram aprovação, pela Comissão Diretiva do Mais Centro, da Decisão Final da verificação no local ou de conformidade.

Embora o número de candidaturas que obtiveram aprovação da Decisão Final em 2014 seja reduzido face ao número total de tarefas em carteira, é importante salientar que, segundo informações do Mais Centro, no ano de 2014, foram aprovados 42 relatórios finais elaborados pelo conjunto das CIM da Região Centro, sendo que desses, 20 foram elaborados pela EAT da CIM RC, o que permite dar uma ideia mais concreta sobre o trabalho realizado.

Por outro lado, importa também realçar que no segundo semestre de 2014 foram aprovados 18 dos 20 relatórios finais elaborados pela EAT CIM RC em 2014, o que traduz uma evolução positiva no decorrer do ano em análise.

A 31 de dezembro de 2014, setenta candidaturas (quadro n.º 4 no anexo I) encontravam-se em análise na CIM RC, com os relatórios de conformidade e no local em preparação/elaboração, embora se apresentassem em estados distintos, consoante já haviam ou não sido apresentados os esclarecimentos solicitados aos respetivos beneficiários.

Importa salientar que, as candidaturas em carteira incluem não só as candidaturas previstas na Contratualização, mas também as candidaturas dos Regulamentos de Políticas de Cidades. Ou seja, apesar da CIM RC não ter tido qualquer intervenção nas fases de análise e execução destas candidaturas, é responsável pelo seu encerramento, o que apesar de demonstrar a confiança no trabalho até aqui desenvolvido, acarreta um significativo acréscimo de volume de trabalho.

Assim, pelo acima exposto, pode comprovar-se que o volume de tarefas em carteira é muito significativo, pelo que só com a colaboração dos beneficiários será possível proceder ao encerramento destas e das restantes candidaturas que ainda se encontram em execução.

Para além das tarefas realizadas atrás expostas, ao longo do último semestre a Estrutura de Apoio Técnico realizou ainda, entre outras as seguintes atividades:

- ✓ Participação, enquanto Organismo Intermédio, em sessões de trabalho e em diversas reuniões com a Autoridade de Gestão, ao longo de 2014;
- ✓ Participação em diversas reuniões com os diversos Municípios da CIM RC para tratamento de assuntos relacionados com suas candidaturas, ao longo de 2014;
- ✓ Participação em reunião na CCDRC para Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Centro, em janeiro de 2014;
- ✓ Participação em apresentação de resultados do POVT, em Lisboa, em janeiro de 2014;
- ✓ Participação em sessão de esclarecimentos organizada pela Inspeção Geral de Finanças sobre projetos geradores de receita, realizada em Lisboa, em janeiro de 2014;
- ✓ Preparação da auditoria da IGF no âmbito da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Mais Centro e posterior prestação de esclarecimentos, em março de 2014;
- ✓ Elaboração da atualização do Sistema de Gestão e Controlo da CIM enquanto Organismo Intermédio, decorrente da auditoria da IGF em março de 2014;
- ✓ Participação em reunião entre a ANMP e as CIM's na sede da CIM Médio Tejo, em março de 2014;
- ✓ Elaboração do Relatório de Atividade 2013 da CIM Região de Coimbra enquanto Organismo Intermédio e envio ao Mais Centro.

Assistência Técnica no âmbito da Contratualização

No âmbito da Contratualização com o Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro), as despesas resultantes do exercício das competências delegadas na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, enquanto Organismo Intermédio, são elegíveis para efeitos de cofinanciamento pela medida Assistência Técnica (AT) do Mais Centro, ainda no Quadro Comunitário de Apoio QREN 2007-2013. Para tal, são apresentadas candidaturas anuais a esta medida, e as mesmas integram despesas de pessoal, de funcionamento e de investimento no âmbito da Contratualização.

Assim, desde o ano de 2009 até ao ano de 2014, foram submetidas candidaturas, que mereceram a aprovação favorável pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro. Estas candidaturas têm uma aplicação horizontal desde o ano de 2009 ao ano de 2015. A taxa de comparticipação comunitária (FEDER) é de 85% aplicável ao Investimento Elegível das operações.

As candidaturas da “Assistência Técnica” apresentadas para os anos de 2009 e 2010 já se encontram encerradas física e financeiramente, na sequência de uma verificação física e documental realizada pela Autoridade de Gestão do Mais Centro e pagamento do respetivo saldo final.

Relativamente às candidaturas “Assistência Técnica” de 2011, 2012 e 2013, respetivamente, foi apresentada a totalidade da despesa elegível e submetidos os respetivos Relatórios Finais para efeitos de encerramento físico e financeiro. Estas operações aguardam a respetiva verificação física e documental a realizar pela Autoridade de Gestão do Mais Centro, e o pagamento dos respetivos saldos finais retidos.

Apresenta-se uma tabela resumo relativa às três candidaturas anteriormente referidas, no que concerne à comparticipação FEDER previsível a receber:

Projetos com submissão do Relatório Final (RF)	Período de execução da candidatura	Data da submissão do RF	Comparticipação recebida em 2014 referente ao Saldo Final	Comparticipação a receber
Projeto: Assistência Técnica - 2011	2011	13-12-2013	0,00 €	7.686,98 €
Projeto: Assistência Técnica no âmbito da Contratualização - 2012	2012	13-12-2013	0,00 €	2.512,53 €
Projeto: Assistência Técnica - 2013	2013	19-12-2014	0,00 €	7.717,15 €

Tabela 5- Projetos com relatório submetido e retenção do saldo final

Em fevereiro de 2014, foi apresentada a candidatura Assistência Técnica para o biénio 2014 e 2015, que mereceu a aprovação favorável pela Autoridade de Gestão do Mais Centro na data de 07 de abril de 2014, pelo investimento elegível de 753.929,25€ e correspondente comparticipação comunitária no valor de 640.839,86€. Complementarmente à apresentação do projeto Assistência Técnica – 2014 e 2015, foi efetuado um

acompanhamento financeiro desta candidatura a nível da sua execução, bem como da candidatura Assistência Técnica – 2013.

Assim, durante o ano de 2014, procedeu-se à submissão de pedidos de pagamentos destas operações, conforme o quadro que de seguida se apresenta, que caracteriza a execução financeira da comparticipação comunitária FEDER recebida durante o ano de 2014:

Submissão de Pedidos de Pagamento (PP)	Nº PP	Data da submissão	Comparticipação recebida em 2014
Projeto: Assistência Técnica - 2013	2	05-12-2013	25.155,67 €
	3	05-12-2013	31.844,22 €
Projeto: Assistência Técnica - 2013	4	29-05-2014	0,00 €
	5-Final	29-05-2014	9.673,07 €
Projeto: Assistência Técnica - 2014 e 2015	1	30-06-2014	71.361,42 €

Tabela 6- Comparticipação financeira recebida no ano de 2014, relativa ao projeto "Assistência Técnica"

Da análise da tabela n.º 6, e relativamente ao pedido de pagamento nº 4 do projeto Assistência Técnica – 2013, verifica-se que não foi recebida qualquer comparticipação. Esta situação resulta do facto de o PP ter sido analisado pela Autoridade de Gestão do Mais Centro como pedido de pagamento final, ao invés do PP nº 5. Assim, A verba não recebida no PP nº 4 corresponde à comparticipação a receber de 7.717,15€ retratada na tabela n.º 5. Durante o ano de 2014 foi recebida a comparticipação financeira total de 138.034,38€.

Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC) 2013-2014

O Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC) é um plano promovido pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) com frequência bienal e tem como objetivo apoiar financeiramente medidas que visem melhorar a eficiência no consumo de energia elétrica.

No âmbito do PPEC, promovem-se medidas tangíveis e intangíveis, comparticipadas a 80% e 100%, respetivamente.

Nos termos do comunicado da entidade ERSE relativo à apresentação de candidaturas ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica 2013 – 2014, durante o mês de maio de 2013, a CIM RC apresentou duas candidaturas à medida intangível:

- Energy Savers – Educar para Poupar
- Uee – Active learning, exponencial savings - Monitorização de consumos e dinamização da comunidade universitária para o aumento da eficiência energética.

Em outubro de 2013, foi publicada a seleção e hierarquização das candidaturas, verificando-se que as candidaturas não foram consideradas admissíveis. Através do direito de audiência prévia, foi apresentada contestação à decisão referente à candidatura Uee – Active learning, exponencial savings - Monitorização de consumos e dinamização da comunidade universitária para o aumento da eficiência energética, adstrita a um investimento previsível de 171.950,50 € e correspondente financiamento (100%), prevista no Orçamento e GOP de 2014, da CIM RC.

Em janeiro de 2014, foi publicada a homologação do relatório final de avaliação e hierarquização das candidaturas, verificando-se que a candidatura à qual foi apresentada reclamação continuou a não ser seriada.

Para este projeto não ocorreu qualquer realização de despesa pela CIM RC.

Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo 2011 - 2015

O projeto “Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra 2011 – 2015”, com um investimento total de 364.462,75€, cofinanciado pelo Programa Operacional Regional do Centro Mais Centro, a uma taxa FEDER de 85%, tem como principal objetivo da promoção de uma cultura do empreendedorismo e estimular a criatividade, a inovação e o desenvolvimento de negócios nos Municípios do território da Região de Coimbra.

Assim, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra disponibiliza, em parceria com os Municípios, um conjunto de respostas, sem custos, para as/os empreendedores, que desejem criar e explorar as mais diversas ideias de negócio.

Entre as iniciativas, destacam-se:

a) Balcão de Atendimento e Apoio Técnico ao Empreendedor

A CIM RC em parceria direta com os Gabinetes Municipais de Apoio ao Empreendedor (GAE's) e o Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), são os Intervenientes diretos no Apoio técnico e Acompanhamento ao Empreendedor no âmbito do projeto. Ao longo do ano de 2014, a monitorização revelou os seguintes resultados:

Promotores/Projetos acolhidos nos GAE's	144
Atendimentos efetuados pelos GAE's	209
Atendimentos efectuados pelo serviço de consultadoria (ISCAC)	60
Empresas criadas	15
Postos de trabalho criados	35

Os setores de atividade económica dos projetos acompanhados pelo serviço de consultoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra revelam uma grande predominância do setor terciário: mais de 80 % (comércio mais de 57 % e serviços mais de 24 %). 11 % do setor primário e 9 % do setor secundário.

b) Ações Locais de Sensibilização e de Promoção do Empreendedorismo

Estas ações têm como principal objetivo a sensibilização de potenciais empreendedores para a existência da REDE Regional e suas respostas. Em 2014 foram realizadas 13 sessões, verificando-se o envolvimento de mais de 300 participantes, nomeadamente potenciais empreendedores, técnicos da REDE, representantes dos Municípios e outras entidades presentes.

c) Desafios de Criatividade & Inovação – *Gerar Ideias de Negócio Criativas*

Nestas ações os participantes são desafiados a gerar ideias e a transformá-las em ações/ideias de negócio criativas. Em cada município foi lançado um desafio diferente proposto pelo município anfitrião, tornando cada sessão num momento único. Em 2014, foram realizadas 10 sessões, envolvendo mais de 90 participantes. Foram criadas 32 equipas e desenvolvidas 32 ideias de negócio (1 por equipa). Vinte e seis das ideias de negócio escolhidas pelas equipas enquadram-se na categoria “Serviços”.

d) Ações de Capacitação Técnica para a REDE e Empreendedores

Em 2014, foram proporcionadas várias ações de capacitação técnica, destinadas ao reforço de competências dos elementos da REDE Regional de Empreendedorismo diretamente implicados no acolhimento, triagem e acompanhamento de empreendedores, nos Municípios.



Ilustração 12 - Workshop "Técnicas de Criação de Ideias"

Já as ações para empreendedores compreenderam seis módulos autónomos, sendo que cada módulo foi repetido em dois Municípios diferentes, num total de 12 sessões completando trinta horas de capacitação.

Nestas ações inscreveram-se 59 pessoas, tendo havido participantes dos 19 Municípios do território da CIM RC.

e) Concurso Regional de Empreendedorismo' Edição 2014;



Ilustração 103 - Equipa Vencedora do Prémio "Mais Exequível" no Concurso Regional "Construir Futuros 2014"

A Edição de 2014 do Concurso Regional de Empreendedorismo – Construir Futuros na Região de Coimbra decorreu entre 25 de maio e 31 de julho, tendo sido recebidas 26 candidaturas. A Sessão Final com apresentação das 10 ideias de negócio finalistas aconteceu no dia 27 de Setembro.

Os dois prémios a concurso foram arrecadados por:

Prémio Ideia/Projeto “Mais Exequível” (2.500 €) - ISOTECKNIK (ISOTURTLE, Unip. Lda) -município de Condeixa-a-Nova.

Prémio Ideia/Projeto “Mais Criativo” (2.500 €) – CLEANHANRAILS- município de Coimbra.

f) Programa de Empreendedorismo nas Escolas

Este programa nasceu com o intuito de criar uma cultura empreendedora, promover o espírito de iniciativa, de cooperação e criatividade, permitindo aos jovens em idade escolar uma experiência real na área do empreendedorismo. A primeira edição deste programa, que abrangeu 18 dos 19 Municípios da Região, abrangeu 34 escolas e ensino secundário, profissional e 3.º Ciclo, 118 professores, 115 turmas, num total de 1931 alunos. Aos dezoito concursos municipais de ideias, concorreram 215 projetos e a equipa vencedora representou o município, na final intermunicipal que se realizou no dia 8 de junho na Figueira da Foz.



Ilustração 114 - Participantes na Final Intermunicipal 2014

Nesta sequência, a CIM RC, participou no Concurso Regional das Escolas, promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, no mês de Junho de 2014, representada pela equipa autora da ideia de negócio “Aqui Queijo”, proveniente da Escola Profissional de Tábua, Oliveira do Hospital e Tábua, tendo obtido o 1.º lugar.

Em setembro de 2014, começou a ser implementada, nos 19 Municípios da Região de Coimbra, a 2.º edição deste Programa, envolvendo 50 escolas de 3.º ciclo, ensino secundário /profissional, 100 professores e cerca de 1700 alunos. No mês de novembro, iniciou-se a formação de professores através da realização de quatro oficinas de formação (50 horas) em colaboração com os seis Centros de Formação da nossa Região, abrangendo cerca de 70 professores. Nos dias 22 e 29 de novembro, decorreram nas instalações na CIM RC, o colóquio “Educação para o Empreendedorismo” que contou com presença cerca de 70 professores provenientes de vários ciclos de ensino.

g) Portal do Empreendedor

No Portal do Empreendedor, com acesso a partir do endereço www.construifuturos.pt, parceiros da REDE e comunidade empreendedora pode-se encontrar um leque de informações úteis de acordo com as necessidades, sobre os serviços e atividades da REDE e sobre outros recursos de interesse para o desenvolvimento de ideias e negócios. Encontra-se também disponível o Sistema de Registo Online para Acompanhamento de Empreendedores, uma ferramenta de trabalho para registo, acompanhamento e monitorização do trabalho do Balcão de Atendimento, criado especificamente para os técnicos da REDE de apoio ao empreendedor da CIM RC.



Ilustração 125 - www.construirfuturos.pt

h) Empresas abertas com o apoio da REDE

A equipa técnica e o gabinete de comunicação da CIM RC, iniciaram, no final do mês de Junho, um *roadshow* pelas empresas que abrem, tendo beneficiado do apoio da REDE, nomeadamente registaram a abertura da empresa “Hora do Pecado - Casa de chá, chocolataria e Gourmet”, no município de Mira, da empresa “Bairrada TV” e da empresa “Docealhada, unipessoal Lda.” no município da Mealhada. Em 2014, abriram 15 empresas beneficiando do apoio da REDE Regional de Apoio ao Empreendedorismo, gerando 35 postos de trabalho.

Equipamentos de Combate a Incêndios em Espaços Naturais

O presente projeto surgiu na sequência do convite POVT-36-2013-60, dirigido às Comunidades Intermunicipais, para a apresentação de candidaturas destinadas à aquisição de equipamentos operacionais de proteção civil, visando a proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais.

A CIM RC tem por fim a prossecução de vários fins públicos, entre os quais a articulação das atuações entre os Municípios associados e os serviços da administração central, nomeadamente na área de segurança e proteção civil. Sensível a esta matéria e ciente das suas responsabilidades e competências, as CIM BM e CIM PIN submeteram, no dia 30 de maio de 2013, as suas candidaturas, com um investimento total de 290.673,60 € (IVA incluído) e de 346.325,00 € (IVA incluído), respetivamente. Os valores indicados eram os correspondentes aos valores base dos procedimentos de concurso público internacional de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para combate a incêndios em espaços naturais, cujos procedimentos foram iniciados pelas duas CIM's.

Em 29 de julho de 2013, decorreu a cerimónia de assinatura e de homologação dos Protocolos de Cooperação celebrados entre a ANPC/LBP/CIM, que prevê que a contrapartida nacional do investimento total do projeto (15%) seja assegurada, em igual proporção de 7,5%, pela ANPC e pela CIM RC.

Decorrente da entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a candidatura apresentada pela CIM PIN extinguiu-se, tendo a candidatura apresentada pela CIM BM sido alterada por forma a acolher a aquisição de EPI's dos Municípios que transitaram para a CIM RC.

Em março de 2014, e após reunião com a Direção-Geral da Administração Interna, foi apresentada a alteração à candidatura submetida pela então CIM BM por forma a adapta-la à nova realidade da CIM RC, isto é, contemplando a aquisição de equipamentos de proteção individual em espaços naturais para bombeiros do território correspondente aos 9 Municípios que transitaram para a CIM RC. Note-se que apesar das candidaturas terem sido submetidas em maio de 2013, apenas em fevereiro de 2014 a DGAI comunicou a aprovação das mesmas, o que obviamente condicionou o procedimento concursal em curso.

Em consequência, o procedimento de contratação pública iniciado pela Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte foi também extinto, tendo a CIM RC lançado novo concurso público destinado à aquisição de equipamentos de proteção individual referente aos Municípios que transitaram para a CIM RC.

Com o projeto de Equipamentos de Combate a Incêndios em Espaços Naturais na Região de Coimbra (ECIEN-RC), prevê-se que a CIM RC execute um investimento de 535.757,00 €. Este investimento será repartido pela seguinte componente:

Componente	Valor Base	IVA	Valor Total
Aquisição de equipamentos	435.574,80 €	100.182,20 €	535.757,00 €
TOTAL	435.574,80 €	100.182,20 €	535.757,00 €

Tabela 7- Componente de Investimento

Recorde-se que para efeitos de candidatura são elegíveis 50% dos efetivos do Quadro Ativo (QA) e do Quadro de Comando (QC) inscritos no sistema de informação e gestão do registo dos Bombeiros portugueses, no Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses (RNBP), até às 11h do dia 12 de março 2013. Desta forma, foi necessário uma estreita colaboração do Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) da região de forma a confirmar os dados propostos pela CIM RC, bem como para emissão de parecer favorável que veio a ocorrer em março em 2014, necessário à instrução da alteração da candidatura. Em resumo, na Região de Coimbra, existem 27 corporações de bombeiros e cerca de 2036 elementos entre o Quadro Ativo e o Quadro de Comando.

Município	Corporação de Bombeiros	Efetivo QA + QC	
		Efetivo Total	Efetivo 50%
Arganil	Bombeiros Voluntários de Coja	62	31
	Bombeiros Voluntários de Arganil	45	23
Cantanhede	Bombeiros Voluntários de Cantanhede	101	51
Coimbra	Bombeiros Voluntários de Coimbra	70	35
	Bombeiros Voluntários de Brasfemes	88	44
	Companhia de Bombeiros Sapadores Coimbra	107	54
Condeixa-a-Nova	Bombeiros Voluntários de Condeixa-a-Nova	87	44
Figueira da Foz	Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz	72	36
	Bombeiros Municipais da Figueira da Foz	32	16
Góis	Bombeiros Voluntários de Góis	54	27
Lousã	Bombeiros Voluntários de Serpins	46	23
	Bombeiros Municipais da Lousã	95	48
Mealhada	Bombeiros Voluntários da Mealhada	56	28
	Bombeiros Voluntários da Pampilhosa	60	30
Mira	Bombeiros Voluntários de Mira	44	22
Miranda do Corvo	Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo	109	55
Montemor-o-Velho	Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho	91	46
Mortágua	Bombeiros Voluntários de Mortágua	69	35
Oliveira do Hospital	Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital	97	49
	Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira	53	27
Pampilhosa da Serra	Bombeiros Voluntários da Pampilhosa da Serra	89	45
Penacova	Bombeiros Voluntários de Penacova	121	61
Penela	Bombeiros Voluntários de Penela	89	45
Soure	Bombeiros Voluntários de Soure	114	57
Tábua	Bombeiros Voluntários de Tábua	77	39
	Bombeiros Voluntários de Oliveirinha	53	27
Vila Nova de Poiares	Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares	55	28
TOTAL		2036	1026

Tabela 8-Resumo do Efetivo dos Corpos de Bombeiros da Região de Coimbra

De acordo com o levantamento das necessidades efetuado pela CIM RC, os equipamentos de proteção individual a adquirir para os bombeiros são os constantes na tabela seguinte:

Município	Corporação de Bombeiros	Efetivo QA + QC		Botas	Calças	Dólmens	Luvas	Capacetes	Cogulas
		Efetivo Total	Efetivo 50%						
Arganil	Bombeiros Voluntários de Coja	62	31	31	31	31	31	31	31
	Bombeiros Voluntários de Arganil	45	23	23	23	23	23	23	23
Cantanhede	Bombeiros Voluntários de Cantanhede	101	51	51	51	51	51	51	51
Coimbra	Bombeiros Voluntários de Coimbra	70	35	35	35	35	35	35	35
	Bombeiros Voluntários de Brasfemes	88	44	44	44	44	44	44	44
	Companhia de Bombeiros Sapadores Coimbra	107	54	53	53	53	53	35	53
Condeixa-a-Nova	Bombeiros Voluntários de Condeixa-a-Nova	87	44	44	44	44	44	44	44
Figueira da Foz	Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz	72	36	36	36	36	36	36	36
	Bombeiros Municipais da Figueira da Foz	32	16	16	16	16	16	16	16
Góis	Bombeiros Voluntários de Góis	54	27	27	27	27	27	27	27
Lousã	Bombeiros Voluntários de Serpins	46	23	23	23	23	23	23	23
	Bombeiros Municipais da Lousã	95	48	48	48	48	48	48	48
Mealhada	Bombeiros Voluntários da Mealhada	56	28	28	28	28	28	28	28
	Bombeiros Voluntários da Pampilhosa	60	30	2	58	58	0	0	0
Mira	Bombeiros Voluntários de Mira	44	22	22	22	22	22	22	22
Miranda do Corvo	Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo	109	55	55	55	55	55	55	55
Montemor-o-Velho	Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho	91	46	46	46	46	46	46	46
Mortágua	Bombeiros Voluntários de Mortágua	69	35	45	45	45	35	13	34
Oliveira do Hospital	Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital	97	49	49	78	78	49	0	49
	Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira	53	27	27	43	43	27	0	27
Pampilhosa da Serra	Bombeiros Voluntários da Pampilhosa da Serra	89	45	45	45	45	45	45	45
Penacova	Bombeiros Voluntários de Penacova	121	61	61	61	61	61	61	61
Penela	Bombeiros Voluntários de Penela	89	45	45	45	45	45	45	45
Soure	Bombeiros Voluntários de Soure	114	57	57	57	57	57	57	57
Tábua	Bombeiros Voluntários de Tábua	77	39	39	39	39	39	39	39
	Bombeiros Voluntários de Oliveirinha	53	27	27	27	27	27	27	27
Vila Nova de Poiares	Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares	55	28	0	53	53	0	0	10
TOTAL		2036	1026	979	1133	1133	967	851	976

Tabela 9- Levantamento de necessidades por tipologia de EPI

No procedimento concursal, iniciado pela CIM BM, não houve qualquer proposta para o lote de botas e luvas de proteção. O valor total da adjudicação dos três lotes ascende a 184.870,32€, acresce IVA à taxa legal em vigor, conforme a tabela seguinte:

Lote 1 - Fato de Proteção Individual (Calça e Dólmán)			
Concorrente	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
VIANAS, S.A.	596	219,50 €	130.822,00 €

Lote 3 - Capuz de Proteção de Combate a Incêndios em Espaços Naturais (Cogula)			
Concorrente	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
SECUR - Comércio e Representações, Lda.	527	12,00 €	6.324,00 €

Lote 5 - Capacete Florestal			
Concorrente	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
VIANAS, S.A.	488	97,80 €	47.724,32 €

Tabela 10-Valores de Adjudicação do 1.º Procedimento

Relativamente ao segundo procedimento concursal, também não houve qualquer proposta para o lote de botas e luvas de proteção. O valor total da adjudicação dos três lotes ascende a 158.664,71€, acresce IVA à taxa legal em vigor, conforme a tabela seguinte:

Lote 1 - Fato de Proteção Individual (Calça e Dólmán)			
Concorrente	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
VIANAS, S.A.	537	219,50 €	117.871,50 €

Lote 3 - Capuz de Proteção de Combate a Incêndios em Espaços Naturais (Cogula)			
Concorrente	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
SECUR - Comércio e Representações, Lda.	449	12,19 €	5.473,31 €

Lote 5 - Capacete Florestal			
Concorrente	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
VIANAS, S.A.	363	97,30 €	35.319,90 €

Tabela 11-Valores de Adjudicação do 2.º Procedimento

Para que fosse possível munir os bombeiros do território, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para combate a incêndios em espaços naturais completo, a CIM RC abriu em agosto de 2014, um novo procedimento concursal para conseguir colmatar a falta das botas e luvas de proteção que não foi possível adjudicar nos dois procedimentos concursais levado a cabo por esta CIM.

No terceiro e último procedimento concursal, com as características e preços base reformulados e devidamente adaptados às novas exigências da ANPC, já foi possível adjudicar botas e luvas de proteção. O valor total da adjudicação dos dois lotes ascende a 120.991,96€, acresce IVA à taxa legal em vigor, conforme a tabela seguinte:

Lote 2 – Botas Combate a Incêndios em Espaços Naturais			
Concorrente	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
VIANAS, S.A.	979	100,00 €	97.900,00 €

Lote 4 – Luvas de Combate a Incêndios			
Concorrente	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
EUROFIRESAFE, Lda.	967	23,19 €	23.091,96 €

Tabela 12- Valores de Adjudicação do 3.º Procedimento

Na candidatura ao POVT aprovada, o valor do IVA não é considerado elegível, mas segundo o ofício do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna e do Secretário de Estado da Administração Interna, em 10 de abril de 2014, onde informa que o MAI encontra-se a diligenciar junto da Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA) no sentido de esclarecer sobre a elegibilidade das CIM no que respeita à restituição do IVA, quer nas aquisições destinadas aos bombeiros profissionais, quer nas destinadas às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

Não obstante e, tendo em consideração o caráter prioritário e urgente do apetrechamento operacional e do reequipamento dos corpos de bombeiros face à natureza da atividade desenvolvida de proteção de pessoas e bens em caso de acidentes e catástrofes, bem como o combate a incêndios, cujo o socorro se exige pronto e imediato e, sendo esta uma missão do mais alto interesse nacional, caso o entendimento superveniente da ATA não considere a elegibilidade das CIM para efeitos de restituição do IVA nestas aquisições, esta restituição será assegurada pelo Ministério da Administração Interna, salvaguardando deste modo, e em qualquer circunstancia, as CIM deste encargo.

Eficiência Energética

No seguimento da publicação do Aviso POVT-65-2013-69 no âmbito do Eixo Prioritário II - Sistemas ambientais e de prevenção, gestão e monitorização de riscos, do regulamento específico “Energias renováveis e eficiência energética”, perante a necessidade de reduzir a faturação energética, tornar a iluminação pública mais eficiente e satisfazendo as preocupações ambientais, os Municípios de Arganil, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda

do Corvo, Oliveira do Hospital, Pedrogão Grande, Penela e Vila Nova de Poiares decidiram integrar a presente candidatura promovida pela então CIM PIN. É neste contexto que a substituição de luminárias e a instalação de redutores de fluxo proporcionam uma considerável redução do consumo na iluminação pública.

A presente candidatura tinha sido já equacionada junto do Programa Operacional Regional do Centro (MaisCentro), ao Aviso n.º Centro-ENE-2011-07, do Eixo I – Competitividade, Inovação e Conhecimento, Regulamento Específico Energia e Tipologia “Eficiência Energética na Iluminação Pública” que foi anulado pela Comissão Diretiva do referido programa. Subjacente a esta candidatura, estão os “Diagnóstico de Eficiência Energética a Iluminação Pública (DEEIP)” realizados e atualizados pela Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro (AREAC) para os Municípios de Arganil, Figueiró dos Vinhos, Gois, Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares. No caso dos Municípios de Oliveira do Hospital e Pedrogão Grande, os DEEIP foram atualizados pelos próprios serviços técnicos.

De acordo com o explicitado nos DEEIP, num consumo total de 20,94GWh, valor médio de 2,33GWh por município, referentes ao consumo de energia elétrica por parte da iluminação pública em 2012 nos Municípios aderentes, delineou-se a meta de redução aproximada de 20% de consumo, correspondendo a 3,75GWh, valor médio de 0,42GWh, do consumo total anual. Esse valor correspondia a 48 postos de transformação a intervir (PT's de maior consumo e onde a poupança será mais significativa), com 50.952 luminárias associadas. Destas luminárias, 6.710 seriam afetadas pela operação.

Este estudo previa a realização de um investimento de 430.477,25 euros acrescido de IVA perfazendo o valor de 473.764,91 euros.

No seguimento do pedido de esclarecimentos do POVT, no dia 12 de maio de 2014, foi realizada uma reunião com a EDP/AREAC/CIM RC/Municípios envolvidos, no passado dia 27 de junho de 2014, com o objetivo de uniformizar os procedimentos para a instalação dos equipamentos definidos em cada medida proposta dos respetivos Municípios, bem como fazer o ponto de situação da mesma. Da reunião resultou que, no que diz respeito à permissão de acesso às instalações da EDP Distribuição para instalação dos equipamentos definidos em cada medida proposta, a EDP exige que toda e qualquer intervenção na rede seja devidamente autorizada. A EDP Distribuição manifestou, contudo, total abertura para acolher iniciativas desta natureza.

Relativamente à identificação de quem ficará responsável pela manutenção dos equipamentos a instalar, a EDP esclarece que na rede onde serão substituídas lâmpadas convencionais por LED's a manutenção é da responsabilidade da EDP sendo o fornecimento dos equipamentos pelo respetivo município. Quando a solução adotada for a instalação de armário com reguladores de fluxo a responsabilidade da manutenção é da EDP, expeto no que diz respeito ao próprio armário de regulador de fluxo.

De forma coordenar as referidas intervenções, está prevista a criação de uma Comissão Técnica, onde fará parte a EDP, AREAC e a CIM RC.

Em novembro de 2014 foi publicado um novo Aviso POVT-65-2014-88 para apresentação de candidaturas ao Eixo II - Domínio de Intervenção "Energias Renováveis e Eficiência Energética" com alterações significativas aos pressupostos iniciais. Previamente realizaram-se algumas ações de esclarecimentos promovidas pelo POVT,

Agência para o Desenvolvimento e Coesão e pelo Ministério de Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, para apresentação das alterações impostas nesta candidatura, nas quais a CIM RC marcou presença.

Com as alterações introduzidas neste aviso foi dada a possibilidade aos Beneficiários de apresentarem diretamente as candidaturas, podendo estas ser apresentadas individualmente, com a limitação de manter o investimento elegível circunscrito ao valor da candidatura inicial.

Desta forma, uma vez que os Municípios envolvidos se encontram com diferentes níveis de execução nos seus projetos, entendeu-se que seria mais adequado que cada município apresentasse individualmente a sua própria candidatura.

Central de Compras

A 14 de outubro de 2013, foi aprovada a candidatura “Serviços Partilhados de Aprovisionamento Eletrónico da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra”, com um investimento elegível total de 248.184,70 €, a que corresponde um valor FEDER de 210.957,00 €.

A presente candidatura destina-se ao financiamento da despesa executada/a executar do projeto Central de Compras Eletrónica, em funcionamento desde 2012, com o firme objetivo de otimizar os processos de compra, dos Municípios que a integram, e possibilitar a realização de negociações conjuntas de bens e serviços.

A candidatura aprovada compreende duas fases de atividade, a atividade I, de conceção e implementação que engloba as rubricas de investimento 1 a 4 e a atividade II, de generalização e aprofundamento, que inclui o investimento das rubricas 5 e 6. A rubrica relativa a despesas com pessoal é transversal à candidatura e às duas atividades.

Na tabela seguinte, apresenta-se o investimento aprovado, executado e a executar, a 31 de dezembro de 2014, no que se refere às despesas apresentadas a cofinanciamento (IVA incluído):

N.º da rubrica	Rubricas de Investimento	Valor Total Aprovado	Valor Total Executado	Valor Total a Executar
1	Solução Global de Suporte à Atividade da Central de Compras Eletrónica (Fase 1)	91.635,00 €	91.634,94 €	0,06 €
2	Serviços de Implementação do Portal Web para a Central de Compras Eletrónica	1.992,60 €	1.992,60 €	0,00 €
3	Leitor Desktop para Cartão do Cidadão	16,61 €	16,61 €	0,00 €
4	Computador Desktop	783,63 €	783,63 €	0,00 €
5	Solução Global de Suporte à Atividade da Central de Compras Eletrónica (Fase 2)	91.635,00 €	0,00 €	91.635,00 €
6	Desenvolvimento do Portal Web para a Central de Compras Eletrónica	20.756,25 €	0,00 €	20.756,25 €
7	Custos com Pessoal	41.365,61 €	14.167,35 €	27.198,26 €

Investimento Total	248.184,70 €	108.595,13 €	139.589,57 €
--------------------	--------------	--------------	--------------

Tabela 13-Valores de investimento referentes à execução da candidatura, a 31/12/2014

Em fevereiro de 2014, foi submetido o 1.º pedido de pagamento, a título de reembolso intercalar, no valor de 94.427,78 €, a que corresponde uma comparticipação FEDER de 80.263,61 €. Este primeiro pedido de pagamento incluía as despesas de investimento elegíveis já realizadas e pagas referentes à execução da Atividade I - Conceção e Implementação, nomeadamente as despesas executadas no âmbito das rubricas de investimento 1 a 4. No dia 26 de junho de 2014, foi efetuado o pagamento no montante de 80.263,61 €, não tendo sido feito qualquer ajustamento ao valor FEDER solicitado.

A 7 de novembro de 2014, foi submetido o 2.º pedido de pagamento, no valor de 14.167,35 €, referente a despesas com pessoal afeto ao projeto. No dia 08/12/2014, foi efetuado o pagamento no exato valor FEDER solicitado, 12.042,25 €.

Passamos agora, a análise do trabalho desenvolvido, pela Central de Compras:

Acordos Quadro

	Atividade	Entrada em Vigor	Conclusão	Status
1	AQ I – Combustíveis Rodoviários	16/01/2013	16/01/2015	Concluído

Tabela 144 - Acordo Quadro Combustíveis Rodoviários

Com este acordo quadro os Municípios têm acordadas condições para o fornecimento de combustíveis rodoviários para os seguintes lotes:

- Abastecimento em posto com cartão frota e,
- Abastecimento a Granel.

A aproximação da data de conclusão deste acordo quadro e a significativa adesão das entidades aderentes, justifica o início dos trabalhos para lançamento de novo acordo quadro, que volte a promover a concorrência e promova algumas melhorias entretanto identificadas durante a execução dos contratos. Prevê-se a sua conclusão durante o primeiro semestre de 2015.

	Atividade	Entrada em Vigor	Conclusão	Status
2	AQ II – Comunicações Móveis e Terrestres	25/03/2013	25/03/2015	Concluído

Tabela 155 - Acordo Quadro Comunicações Móveis e Terrestres

Com este acordo quadro os Municípios têm acordadas condições para o fornecimento de comunicações móveis para:

- Aquisição de Serviço Móvel de Voz e Dados;

- Aquisição de Serviço Móvel de Dados e,
- Aquisição de Serviço Combinado Móvel de Voz e Dados e Móvel de Dados.

A aproximação da data de conclusão do acordo quadro e a fraca adesão das entidades aderentes, justifica reconsiderar o lançamento de novo acordo quadro nas mesmas circunstâncias. A particularidade do mercado das comunicações e as limitações impostas pela ANACOM, apenas tornam este modelo interessante para Municípios de maior dimensão.

	Atividade	Entrada em Vigor	Conclusão	Status
3	AQ III - Seguros	25/03/2013	25/03/2015	Concluído

Tabela 166 - Acordo Quadro Seguros

Com este acordo quadro os Municípios têm acordadas condições para a prestação de serviços de seguros para:

- Frota automóvel;
- Acidentes de Trabalho;
- Acidentes Pessoais Autarcas e Bombeiros e,
- Responsabilidade Civil.

A aproximação da data de conclusão do acordo quadro, e a crescente adesão das entidades aderentes, justifica o início dos trabalhos para lançamento de novo acordo quadro, que volte a promover a concorrência e promova algumas melhorias entretanto identificadas durante a execução dos contratos, designadamente o alargamento de coberturas ao Multirrisco e às atividades temporárias.

	Atividade	Entrada em Vigor	Conclusão	Status
4	AQ IV - Energia	18/11/2014	18/11/2015	Concluído

Tabela 177 - Acordo Quadro Energia

Com este acordo quadro os Municípios têm acordadas condições para o fornecimento de energia elétrica para os seguintes lotes:

- Baixa Tensão Normal (BTN);
- Baixa Tensão Especial (BTE);
- Média Tensão (MT).

A adesão muito considerável das entidades aderentes, justificou a continuidade do acordo quadro pelo que se trata do 2º acordo quadro de energia desenvolvido pela Central de Compras.

	Atividade	Entrada em Vigor	Conclusão	Status
5	AQ V – Refeições Escolares	28/06/2013	28/06/2015	Concluído

Tabela 188 - Acordo Quadro Refeições Escolares

Com este acordo quadro os Municípios têm acordadas condições para o fornecimento de refeições escolares para os seguintes lotes:

- Fornecimento e distribuição de refeições escolares em regime de confeção local;
- Fornecimento e distribuição de refeições escolares através do método de Cook-Chill;
- Fornecimento de refeições escolares transportadas a quente;
- Fornecimento de matéria-prima alimentar e não alimentar;
- Fornecimento e distribuição agregada de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente.

A aproximação da data de conclusão do acordo quadro e da interessante adesão das entidades aderentes, justifica o início dos trabalhos para lançamento de novo acordo quadro, que volte a promover a concorrência e promova algumas melhorias entretanto identificadas durante a execução dos contratos.

	Atividade	Entrada em Vigor	Conclusão	Status
6	AQ VI – Gás	17/02/2014	17/02/2015	Concluído

Tabela 199 - Acordo Quadro Gás

Com este acordo quadro os Municípios têm acordadas condições para o fornecimento de Gás para os seguintes lotes:

- Gás Natural;
- Gás Natural a Granel;
- Gás Propano a Granel;
- Gás Propano em Garrafas;
- Gás Butano em Garrafas.

A aproximação da data de conclusão do acordo quadro e da manifestação de interessante pelas entidades aderentes, justifica o início dos trabalhos para lançamento de novo acordo quadro, que volte a promover a concorrência e promova algumas melhorias entretanto identificadas durante a execução dos contratos.

	Atividade	Entrada em Vigor	Conclusão	Status
7	AQ VII – Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho	08/08/2014	08/08/2015	Concluído

Tabela 20 - Acordo Quadro Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho

Com este acordo quadro os Municípios têm acordadas condições para o fornecimento de SHST para os seguintes lotes:

- Prestação de Serviços de Saúde no Trabalho;
- Prestação de Serviços de Segurança e Higiene no Trabalho.

A aproximação da data de conclusão do acordo quadro e da manifestação de interesse pelas entidades aderentes, justifica o início dos trabalhos para lançamento de novo acordo quadro, que volte a promover a concorrência e promova algumas melhorias entretanto identificadas durante a execução dos contratos.

Acordos Quadro em fase de Conceção

	Atividade	Status
8	AQ VIII – Inertes, Misturas Betuminosas, pré-fabricados e outros	Fase de Consulta aos Municípios
9	AQ IX – Serviços de Vigilância e Segurança	Fase de Consulta aos Municípios

Tabela 21 - Acordo Quadro em fase de conceção

Negociações Informais Concluídas

	Atividade	Data limite	Redução Médio de Preços	Status
1	Economato	31/12/2014	30%	Concluído
2	Consumíveis Informáticos	31/12/2014	12%	Concluído
3	Artigos de Higiene e Limpeza	31/12/2014	38%	Concluído
4	Produtos Químicos	30/06/2015	14%	Concluído

Tabela 22 - Negociações informais em fase de conclusão

Negociações Informais em fase de Conceção

	Atividade	Status
1	Pneus	Consultas públicas ao mercado e aos Municípios

Tabela 23 – Negociações informais em fase de conceção

Com um envolvimento especial dos SMTUC, pretendemos desenvolver uma negociação de pneus que deverá anteceder a realização de um acordo quadro para a mesma categoria, visto que se preveem despesas, em

particular dos SMTUC, superiores a 75.000,00€. Entretanto estão a ser desenvolvidos esforços no sentido de apurar as melhores ofertas de mercado para realizar a primeira negociação, com cariz experimental, para o fornecimento de pneus.

Indicadores de Atividade

A utilização dos Acordos Quadro pelas entidades aderentes tem tido uma adesão crescente durante o ano de 2014, tendo ultrapassado largamente os 15 milhões de euros em adjudicações.

Os indicadores que se apresentam nos quadro abaixo, colocam a CC-CIMRC na liderança das centrais de compras intermunicipais, em toda a linha, perspetivando um sucesso ímpar a nível nacional, consolidando a Central de Compras como um projeto estruturante da Região de Coimbra.

Indicadores		N.º/Valor
1	Entidades aderentes	22
2	Acordos Quadro celebrados	7
3	Negociações desenvolvidas	11
4	Contratos celebrados ao abrigo dos Acordos Quadro	47
5	Valor dos contratos celebrados	15.629.724,00€
6	Poupanças obtidas (durante a vigência dos contratos celebrados)	1.250.000,00€
7	Receitas asseguradas (durante a vigência dos contratos celebrados)	150.000,00€

Tabela 24 - Indicadores de Atividade

Não obstante do sucesso dos números, interessa manter as reuniões itinerantes, aprofundar a oferta da CC-CIMRC à entidades aderentes com novos acordos quadro bem como alargar o serviço a novas entidades aderentes como sejam as empresas municipais, bombeiros ou juntas de freguesia.

Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local - POPH

A CIM RC é uma entidade formadora acreditada pela Fundação CEFA, desde 2011. Na sequência da aprovação da candidatura n.º 096705/2013/34 “Qualificação dos profissionais da Administração Pública Local”, da tipologia 3.4 do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), com um investimento total de 87.570,13 €, da CIM PIN, procedeu-se à transferência da titularidade da mesma para a CIM RC, no entanto, o atraso nos procedimentos administrativos levou a que o projeto de formação, só iniciasse no final do mês de maio de 2014.

No decorrer do projeto realizaram-se dois pedidos de alteração de forma a adequar a oferta formativa às necessidades dos Municípios.

De maio a dezembro de 2014, a oferta formativa da CIM RC, dispôs de 46 cursos, 59 ações, de áreas distintas como:

- Planeamento estratégico e gestão por objetivos;
- Gestão e avaliação de projetos;
- Gestão de recursos humanos;
- Gestão financeira e orçamental e POCP;
- Contratação pública e sistemas de aquisição de bens e serviços;
- *Marketing* público, comunicação institucional e atendimento;
- Gestão para a qualidade, liderança e gestão de equipas;
- Gestão do conhecimento;
- Tecnologias de informação e comunicação, sociedade de informação e administração eletrónica

O público-alvo destas ações foram técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais das 19 autarquias da Região.

O término do projeto para efeitos de elegibilidade foi 19 de dezembro de 2014, apresentando-se de seguida os indicadores do projeto:

Execução Física	Aprovados em Candidatura	Ações concluídas no ano	Taxa de execução
Nº Acções	59	57	96,61%
Nº Horas	1131	1089	96,29%
Volume de Formação	16027	16619	103,69%
N.º de Formandos/as	835	885*	105,99%

Tabela 25- Execução Física do projeto n.º 096705/2013/34

*Apenas formandos considerados elegíveis para efeitos de execução física.

Verificou-se uma excelente execução física, quer ao nível do volume de formação e quer ao nível do número de formandos. A taxa de execução relativa ao número de ações e ao número de horas, não atingiu os 100%, uma vez que o último pedido de alteração temporal, alterando o término do projeto para 30 de janeiro de 2015, foi indeferido, não se teve assim, em conta para estes valores as cinco ações de formação que decorreram já em janeiro de 2015.

Construção da Ciclovia do Mondego

Para a elaboração dos estudos conducentes à execução da construção da Ciclovia do Mondego, foram desenvolvidos pela então CIM BM todos os procedimentos com vista à implementação do projeto supramunicipal a desenvolver entre os Municípios de Coimbra, Figueira da Foz e Montemor-o-Velho.

Foram executados todos os procedimentos relativos aos estudos conducentes à construção da ciclovia, nomeadamente: estudo de viabilidade, estudo geológico e geotécnico, levantamento topográfico e estudo geral do traçado.

O projeto é financiado integralmente com recurso à comparticipação financeira dos três Municípios que assinaram o Acordo Contratual, uma vez que, até à data, não foi possível candidatar o projeto a cofinanciamento comunitário.

ENTIDADE ADJUDICATÁRIA	COMPARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (€)			OBJETO DO ESTUDO
	Município Coimbra	Município Montemor-o-Velho	Município Figueira da Foz	
Artescan - 3D Scaning, Lda	15.875,71	18.134,30	25.583,49	Levantamento Topográfico
Geosolve - Soluções de Engenharia Geotécnica e Topografia	14.351,49	16.393,24	23.127,24	Estudo Geológico e Geotécnico
ITECONS - Instituto de Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção	11.468,52	13.100,12	18.481,37	Estudo de Viabilidade
	11.796,19	13.474,40	19.009,40	Elaboração do Estudo Geral do Traçado
Total	53.491,91	61.102,06	86.201,50	

Tabela 2620- Comparticipação Financeira do projeto

No início do ano foi entregue o estudo do traçado no âmbito da execução da Ciclovia do Mondego”.

Região de Coimbra - Estratégia 14-20

A operação “Região de Coimbra - Estratégia 14-20”, foi aprovada pelo Programa Operacional Assistência Técnica FEDER (POAT) enquadra-se no eixo prioritário I “Coordenação e Monitorização do QREN”, área de intervenção “Estudos e Avaliação do QREN”.

Em cumprimento das diretivas superiores, designadamente da Comissão de Coordenação e do Desenvolvimento Regional do Centro, no sentido da articulação entre as Comunidades Intermunicipais, tendo em vista a

governança e o modelo de gestão dos fundos comunitários para o próximo período 2014-2020, havendo à data da submissão da candidatura, duas Comunidades Intermunicipais: Baixo Mondego (CIM BM) e Pinhal Interior Norte (CIM PIN), foi celebrado a 29 de julho de 2013, um protocolo de parceria para efeitos da candidatura, entre a CIM PIN e CIM BM que regulou, a repartição das despesas elegíveis entre os parceiros de acordo com seguintes proporções: CIM BM – 62,34% e CIM PIN 37,66%.

Entidade	Valor Base	IVA	Valor Total	Contribuição FEDER	Contrapartida Nacional	Invest. Elegível	Invest. Elegível Não Comparticipado
CIM BM	74.500,00 €	17.135,00 €	91.635,00 €	62.340,00 €	11.001,18 €	73.341,18 €	18.293,82 €
CIM PIN	45.000,00 €	10.350,00 €	55.350,00 €	37.660,00 €	6.645,88 €	44.305,88 €	11.044,12 €
Total	119.500,00 €	27.485,00 €	146.985,00 €	100.000,00 €	17.647,06 €	117.647,06 €	29.337,94 €

Tabela 2721- Repartição dos valores da candidatura

Este projeto teve a seu início a 01 de junho de 2013 e terminou a dia 30 de outubro de 2014. No entanto, a 31 de dezembro de 2014, este projeto ainda não se encontra encerrado aguardando a submissão do pedido de pagamento final, bem como o relatório final.

Programa de Luta Contra a Exclusão Social - Teleassistência

A CIM RC lançou, nesta área, o projeto de Teleassistência a pessoas isoladas física e/ou socialmente. No ano de 2012, após uma fase de sensibilização e experimentação dos Sistemas Fixo e Móvel do Serviço de Teleassistência, respetivamente dinamizados pelas empresas: HelpPhone e TCARE e a articulação intermunicipal com a devida clarificação das esferas de intervenção de cada entidade, prosseguiu-se, já no segundo semestre, à implementação do projeto.

Atendendo à complementaridade dos sistemas, no mês de Setembro de 2012 foram adjudicados através de ajuste direto, dois procedimentos de locação de bens (Sistema Móvel e Sistema Fixo), com duração até 31 de agosto de 2015. Os custos deste programa são inteiramente suportados pelos Municípios aderentes.

Atualmente verifica-se:

- ✓ A adesão ou manifestação de interesse em aderir, de 15 Municípios ao Programa;
- ✓ Encomendas num total de 253 equipamentos: 169 do Sistema Fixo + 84 do Sistema Móvel (no terreno 150 equipamentos do Sistema Fixo e 67 do Sistema Móvel somando 217 dos 253 encomendados).

Pretende-se desenvolver um procedimento concursal, no início do ano de 2015, para satisfazer a procura dos novos Municípios aderentes.

Outras Atividades

- ✓ No seguimento das intenções demonstradas pelo então Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, Manuel Machado, na reunião do Conselho Intermunicipal, no dia 14 de janeiro, foi sugerido que a CIM RC iniciasse um processo de preparação de um plano de ação dedicado à Proteção Civil, numa primeira fase, mais particularmente focado na prevenção de fogos florestais. Desta forma, foi realizada na Câmara Municipal de Góis, no dia 29 de janeiro, uma reunião com os “Agentes de Proteção Civil”, do Município de Góis e no dia 03 de fevereiro foi realizada na sede da CIM RC, uma reunião com os “Comandantes Municipais de Proteção Civil” da Região de Coimbra.
- ✓ No dia 6 de março, realizou-se uma reunião de trabalho, na sede da CIM RC, com a presença dos/as Vereadores da Cultura, com o objetivo de se analisar a possibilidade de estabelecer um protocolo entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC), os 19 Municípios e a Orquestra Clássica do Centro (OCC).
- ✓ No dia 1 de abril, a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), promoveu na CIM RC, uma formação sobre “Licenciamento Zero” para os colaboradores dos Municípios. Esta ação contou com a presença de cerca de 50 participantes.
- ✓ No dia 30 de abril, a CIM RC promoveu um Seminário sobre a “ Lei das Finanças Locais - Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais”, com duração de 14 horas, lecionado pelo formador Pedro Mota e Costa, onde estiveram presentes cerca de 75 funcionários e dirigentes dos Municípios da nossa Região.
- ✓ A CIM RC, em conjunto com o IES (Instituto de Empreendedorismo Social) desenvolveu um workshop subordinado ao tema da Inovação e Empreendedorismo Social, no âmbito do Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social (MIES), no dia 27 de maio. Este projeto é desenvolvido pelo IES, em copromoção com o IPAV e financiado pelo Compete, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação EDP. Estiveram presentes cerca de 90 participantes provenientes de autarquias, IPSS, Misericórdias, institutos públicos, entre outros.
- ✓ Igualmente no dia 27 de maio, na parte da tarde, em colaboração com a CIM RC a Comissão de Coordenação do Centro (CCDRC) apresentou os guias orientadores de apoio à elaboração dos Planos

de Urbanização e Planos de Pormenor, para cerca de 50 técnicos e dirigentes da área de urbanismo e ordenamento do território das autarquias da Região.

- ✓ No dia 13 de junho realizou-se uma reunião de trabalho sobre Modernização Administrativa, com o 1º Secretário Executivo Intermunicipal, os dirigentes e técnicos, para fazer-se um levantamento do estado atual de cada município ao nível desta temática. Entre outros assuntos, foi discutido, a necessidade de se criar uma bolsa de auditores internos, de se apostar na formação técnica e especializada e de se promover grupos de trabalhos temáticos a nível intermunicipal (nesta e noutras áreas).
- ✓ No dia 15 de outubro realizou-se uma reunião de trabalho, onde estiveram presentes os Coordenadores dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS+), para se estabelecer parcerias no âmbito do projeto "Construir Futuros na Região de Coimbra".
- ✓ No dia 17 de outubro estiveram presentes para uma reunião de trabalho, os Senhores Vereadores da Educação dos vários Municípios, para a preparação do Investimento Territorial Integrado (ITI) da CIM RC.
- ✓ No dia 20 de outubro decorreu nas instalações da CIM RC, a quarta de um conjunto de reuniões que vêm sendo realizadas pelo Grupo de Trabalho do projeto "Caminhos de Fátima". Esta reunião visou essencialmente retomar o trabalho de construção de um traçado Porto-Fátima, por caminhos particularmente aptos para percursos pedonais, evitando estradas de alto nível (e potencialmente menos seguras para os caminhantes) como a N1 ou o IC2.
- ✓ No dia 29 de outubro estiveram presentes para uma reunião de trabalho, com o 1º Secretário Executivo Intermunicipal, com os membros do executivo dos Municípios, Técnicos dos vários Municípios da CIM da Região, para a preparação Investimento Territorial Integrado (ITI) da CIM RC, nomeadamente a prioridade de investimento 4.3 – Conceção de apoio à eficiência energética à gestão inteligente de energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.
- ✓ No dia 7 de novembro estiveram presentes para uma reunião de trabalho, com o 1.º Secretário Executivo, com os membros do executivo dos Municípios, Técnicos dos vários Municípios da CIM RC, para a preparação Investimento Territorial Integrado (ITI) da CIM da Região de Coimbra, nomeadamente a prioridade de investimento 6.3 – Apoio ao investimento na proteção, na promoção e no desenvolvimento do Património natural.

V. Relatório Financeiro

Com a presente análise Económico-Financeira, pretende-se complementar os documentos que constituem a Prestação de Contas elaborada nos termos do artigo 33.º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, de forma a expor e justificar o resultado de todas as atividades desenvolvidas no decurso do ano económico de 2014.

As contas da CIM RC, no exercício económico de 2014, foram realizadas em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, Decreto-Lei n.º 55-A/99, de 22 de fevereiro que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com as devidas alterações.

O presente ponto visa dar cumprimento às disposições do POCAL, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da CIM RC, evidenciando os aspetos com maior relevância, com especial ênfase, na análise sob o ponto de vista da execução orçamental das receitas e das despesas, do investimento realizado, bem como na proposta de aplicação do resultado líquido do exercício.

A análise aqui desenvolvida, tem como suporte, os elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas evidenciados nos mapas que se encontram anexos ao presente Relatório de Gestão, e que permitem uma reflexão sobre o ponto como se operou a execução do orçamento, através da análise e estudo da evolução e estrutura dos diferentes agregados contabilísticos. Permite ainda uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício económico de 2014.

Todos os registos e demais procedimentos contabilísticos foram efetuados através da aplicação informática SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica, suportados pelo software: SGP – Sistema de Gestão de Pessoal e SIC – Sistema de Cadastro e Inventário, aplicações da AIRC.

5.1. Análise Orçamental

A presente análise orçamental baseia-se, no essencial, numa abordagem de fluxos de caixa ou de tesouraria, ou seja, numa ótica da receita cobrada versus despesa paga. Os rácios de execução orçamental apresentados demonstram um efetivo controlo do orçamento, conforme se pode verificar através dos mapas abaixo reproduzidos. De uma forma global, a taxa de execução da receita é de 79,86% e a taxa de execução da despesa é de 70,89%.

Verifica-se assim um crescimento significativo da receita relativamente ao ano anterior, atingindo em 2014 um total de receita cobrada de 1.232.074,35€.

Relativamente à execução da despesa, o valor das despesas pagas durante o ano ascendeu a 1.093.687,43€, valor significativamente superior relativamente ao registado no ano transato, em 807.003,12€.

5.1.1. Modificações ao Orçamento

Em matéria de execução orçamental, é frequente proceder-se a ajustes ao nível do reforço ou da anulação de dotações das rubricas da receita e da despesa, com o objetivo de adequação dos valores previstos às efetivas necessidades do ciclo de gestão.

Em cumprimento do estipulado pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que prevê no seu ponto 8.3.1, a observação das regras relativas às modificações do orçamento, foram efetuadas onze (11) alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, aprovadas pelo Conselho Intermunicipal e duas (2) Revisões ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, aprovadas pela Assembleia Intermunicipal.

5.1.2. Execução da Receita

Da análise da tabela n.º 17, os valores apresentados por rubricas, nos termos do classificador económico das receitas adaptado ao classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2012, de fevereiro, na sua atual redação, verifica-se que a receita arrecadada é na sua maioria de natureza corrente, valor comportado principalmente por transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o conjunto dos Municípios da NUT III da Região de Coimbra; pelas receitas provenientes de cofinanciamentos comunitários atribuídos no âmbito de candidaturas aprovadas pelas Autoridades de Gestão e ainda pela transferência do saldo de gerência da extinta Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIM PIN).

Os valores apresentados em rubricas de capital evidenciam uma maior representação no que se refere à parte correspondente às comparticipações dos Municípios no âmbito do “Protocolo de Ciclovias do Mondego” e no âmbito da “Comparticipação na Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual a Corpos de Bombeiros”.

Classificação Económica	Designação	Previsões Corrigidas (1)	Receita Liquidada (2)	Receita Cobrada Líquida (3)	Receitas por cobrar (2 - 3)	Grau de Execução da Receita (%)
Receitas Correntes						
04	Taxas, multas e outras penalidades	24.974,43 €	24.703,49 €	12.237,06 €	12.466,43 €	48,99%
0401	Taxas	24.974,43 €	24.703,49 €	12.237,06 €	12.466,43 €	48,99%
0401239903	Outras	24.974,43 €	24.703,49 €	12.237,06 €	12.466,43 €	48,99%
05	Rendimentos de Propriedade	3.033,90 €	3.033,90 €	3.033,90 €	0,00 €	100,00%
0502	Juros e Sociedades Financeiras	3.033,90 €	3.033,90 €	3.033,90 €	0,00 €	100,00%
050201	Bancos e Outras Inst. Financ.	3.033,90 €	3.033,90 €	3.033,90 €	0,00 €	100,00%
06	Transferências Correntes	891.976,67 €	1.117.600,98 €	1.046.899,56 €	55.359,16 €	117,36%
0603	Administração Central	573.968,70 €	589.711,69 €	585.892,93 €	3.818,76 €	102,07%
060301	Estado	281.653,00 €	281.653,00 €	281.653,00 €	281.653,00 €	100,00%
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	281.653,00 €	281.653,00 €	281.653,00 €	0,00 €	100,00%
060306	Estado – Comp. Comunit. Projetos Cofinanciados	292.315,70 €	308.058,69 €	304.239,93 €	3.818,76 €	104,07%
06030601	QREN/FSE – Candidaturas POPH	10.387,57 €	14.206,33 €	10.387,57 €	3.818,76 €	100,00%
06030602	QREN/FEDER – Candidatura Assistência Técnica	130.183,13 €	130.143,06 €	130.143,06 €	0,00 €	99,96%
06030603	QREN/FEDER – Candidatura Empreendedorismo	57.000,00 €	56.281,02 €	56.281,02 €	0,00 €	98,73%
06030604	QREN/FEDER – Cand. Região Coimbra Estrat.14-20	15.745,00 €	15.122,42 €	15.122,42 €	0,00 €	96,04%
06030605	QREN/FEDER – Candidatura SAMA	79.000,00 €	92.305,86 €	92.305,86 €	0,00 €	116,84%
0605	Administração Local	318.007,97 €	527.889,29 €	461.006,63 €	51.540,40 €	144,96%
06050101	Municípios	318.007,97 €	527.889,29 €	461.006,63 €	51.540,40 €	144,96%
0605010101	Quotizações	121.000,00 €	120.999,65 €	105.104,36 €	20.999,65 €	86,86%
0605010102	Participação em projetos	197.007,97 €	406.889,64 €	355.902,27 €	30.540,75 €	180,65%
060501010201	Operação Imaterial do Empreendedorismo Local	15.500,00 €	15.275,04 €	3.818,76 €	11.456,28 €	24,63%
060501010202	Programa de Teleassistência a Pessoas Carentes	45.407,97 €	55.665,52 €	16.134,43 €	19.084,47 €	35,53%
060501010203	Transferência CIMPIN	100,00 €	335.949,08 €	335.949,08 €	0,00 €	335949%
060501010204	Ciclovía do Mondego	136.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Total Receitas Correntes		919.985,00 €	1.145.338,37 €	1.062.170,52 €	67.825,59 €	115,45%
Receitas de Capital						
10	Transferências de Capital	622.650,00 €	223.395,74 €	169.903,83 €	51.378,41 €	27,28%
1003	Administração Central	474.888,91 €	7.891,32 €	7.891,32 €	0,00 €	1,66%
100307	Participação Comunitária - Projetos Cofinanciados	474.888,91 €	7.891,32 €	7.891,32 €	0,00 €	1,66%
10030701	FEDER – Assistência Técnica	18.600,00 €	7.891,32 €	7.891,32 €	0,00 €	42,42%
10030702	FEDER – Serviços Partilhados Aprov. Elet.	300,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
10030703	FEDER Prevenção Gestão Riscos Naturais e Tecnol.	420.388,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
10030704	Ministério da Administração Interna /ANPC	35.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
10030705	Outros	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
1005	Administração Local	147.761,09 €	215.504,42 €	162.012,51 €	51.378,41 €	109,64%
100501	Municípios	147.761,09 €	215.504,42 €	162.012,51 €	51.378,41 €	109,64%
10050101	Participação em projetos	147.761,09 €	215.504,42 €	162.012,51 €	51.378,41 €	109,64%
1005010101	Ciclovía do Mondego	0,00 €	200.795,47 €	147.303,56 €	51.378,41 €	0,00%
1005010102	Prevenção Gestão Riscos Naturais e Tec.	147.661,09 €	14.708,95 €	14.708,95 €	0,00 €	9,96%
1005010103	Outros	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Total Receitas de Capital		622.650,00 €	223.395,74 €	169.903,83 €	51.378,41 €	27,28%
Total Receitas Correntes		919.985,00 €	1.145.338,37 €	1.062.170,52 €	67.825,59 €	115,45%
Total Receitas de Capital		622.650,00 €	223.395,74 €	169.903,83 €	51.378,41 €	27,87%
Total Geral		1.542.635,00 €	1.368.734,11 €	1.232.074,35 €	119.204,00 €	79,86%

Tabela 28 - Mapa de Execução das Receitas

Em relação à estrutura da receita corrente, tal como se pode observar no gráfico 1, o valor das receitas cobradas tem maior expressão no que se refere ao valor do saldo de gerência transferido da extinta Comunidade Intermunicipal Pinhal Interior Norte (32%), bem como o que se refere a nível das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (27%).

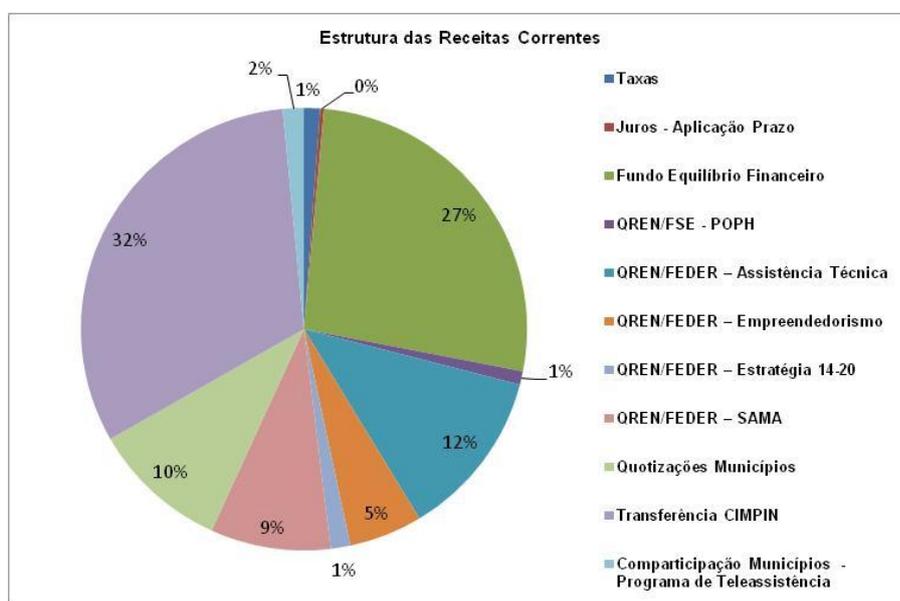


Gráfico 1- Estrutura das Receitas Correntes

Relativamente à receita de natureza de capital, a maior percentagem das receitas cobradas são referentes à comparticipação dos Municípios no projeto “Ciclovía do Mondego”, em cerca de 87%, como se verifica no gráfico seguinte:



Gráfico 2- Estrutura da Receita de Capital

Em análise da Posição Atual do Orçamento, as receitas cobradas são provenientes das seguintes fontes de financiamento:

- I. Taxas específicas no âmbito da atividade desenvolvida pela Central de Compras, previstas no Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central de Compras Eletrónica da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. O valor arrecadado ascendeu a 12.237,06€;
- II. Rendimentos de propriedade, provenientes de juros credores de aplicação a prazo em instituição bancária, no valor de 3.033,90€;
- III. Transferências correspondentes a 0,5 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro previstas para o conjunto dos 19 Municípios associados, no total de 281.653,00€, nos termos do artigo 91.º e Anexo I da Lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, e nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- IV. Produto das contribuições por parte dos Municípios associados, nomeadamente:
 - ✓ Quotizações, nos termos das propostas aprovadas pelo Conselho Intermunicipal no total de 105.104,36€ (referentes aos anos de 2013 e 2014);
 - ✓ Comparticipações em vários projetos, no valor total de 181.967,70€ (19.953,19€ de natureza corrente e 162.012,51€ de natureza de capital), resumidos na tabela seguinte:

Rubrica	Municípios - Participação em projetos	Receita Cobrada Líquida
060501010201	Operação Imaterial do Empreendedorismo Local (Comparticipação Financeira, no âmbito do projeto: "Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo")	3.818,76 €
060501010202	Programa de Teleassistência a Pessoas Carenciadas (Protocolo de Cooperação com 10 Municípios pertencentes ao Baixo Mondego, no âmbito da Teleassistência)	16.134,43 €
Total Receitas Correntes		19.953,19 €
1005010101	Ciclovia do Mondego (Protocolo celebrado entre os Municípios de Coimbra, Figueira da Foz e Montemor-o-Velho, para a elaboração dos estudos prévios à construção da Ciclovia)	147.303,56 €
1005010102	Prevenção Gestão Riscos Naturais e Tecnológicos (Protocolo celebrado com os 19 Municípios, no âmbito da comparticipação em 7,5% do projeto "Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para Corpos de Bombeiros")	14.708,95 €
Total Receitas de Capital		162.012,51 €

Tabela 29 - Comparticipação dos Municípios

- V. Transferência por parte da extinta Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIM PIN), do saldo de gerência, no valor de 335.949,08€, nos termos do acordo celebrado entre a CIM Região de Coimbra e a CIM Região de Leiria;
- VI. Transferências decorrentes da comparticipação de despesas de candidaturas financiadas pelo QREN. As receitas provenientes destas transferências dos fundos comunitários representam uma parcela importante no financiamento da atividade da CIM RC, chegando ao valor de 312.131,25€ (304.239,93 corrente e 7.891,32€ de capital), representando assim, cerca de 25% do total das receitas arrecadadas no ano:
- ✓ Candidaturas à Assistência Técnica, no valor total de 138.034,38€ (130.143,06€ de natureza corrente e 7.891,32€ de natureza de capital) do PO Regional Mais Centro;
 - ✓ Candidatura SAMA (SPA-E-CIMBM - Serviços Partilhados de Aprovisionamento Eletrónico da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego), no valor de 92.305,86€, do PO Fator COMPETE - Programa Operacional Fatores de Competitividade;
 - ✓ Projeto n.º 096705/2013/34 da Região Centro, no âmbito do POPH Programa Operacional Potencial Humano, Eixo 3 - Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Tipologia 3.4 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local, em 10.387,57€ correspondendo ao adiantamento de 15% do valor da candidatura;
 - ✓ No contexto do projeto “Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo”, de acordo com o Plano de Ação Territorial 2011-2015 aprovado em sede de candidatura ao abrigo do Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro, verificou-se o reembolso em sede de despesas submetidas, em 56.281,02€;
 - ✓ Ainda no âmbito das receitas correntes, através da candidatura “Região de Coimbra, Estratégia 14-20”, a CIM RC arrecadou o valor de 15.122,42€.

Na sequência da apresentação da candidatura POVT-36-2013-60 submetida em maio de 2013 respeitante à aquisição de equipamentos operacionais de proteção civil para o combate a incêndios em espaços naturais (EPI's), foi inscrito no orçamento a rubrica correspondente à comparticipação por parte do Ministério de Administração Interna (MAI) em 7,5% (rubrica “10030704 - Ministério da Administração Interna/ANPC”).

De igual modo, foi ainda dotada a rubrica “10030703 – FEDER – Prevenção Gestão Riscos Naturais e Tecnológicos” no valor de 420.000,00 € correspondente ao valor previsto de cofinanciamento do Fundo de Coesão em 85% do valor da candidatura. Trata-se de rubricas sem qualquer execução orçamental em 2014 uma vez que os seguintes pedidos de pagamento ao POVT iniciaram-se em dezembro de 2014.

Assim, relativamente a todos os projetos cofinanciados pela Administração Central/QREN, a receita corrente e de capital arrecadada vem resumida na tabela seguinte:

Classificação Económica da Receita	Cofinanciamento pelo QREN, no âmbito de Candidaturas Aprovadas	Receita Arrecadada
06030602 10030701	Candidatura Assistência Técnica	138.034,38 €
06030605	Candidatura SAMA	92.305,86 €
06030601	Candidatura POPH	10.387,57 €
06030603	Candidatura Empreendedorismo	56.281,02 €
06030604	Candidatura Região de Coimbra - Estr. 14-20	15.122,42 €
Total receita arrecadada		312.131,25 €

Tabela 30 - Cofinanciamento QREN

Em termos de evolução global de execução da receita cobrada, nos anos de 2012 a 2014, verifica-se um aumento significativo comparativamente com os anos homólogos:

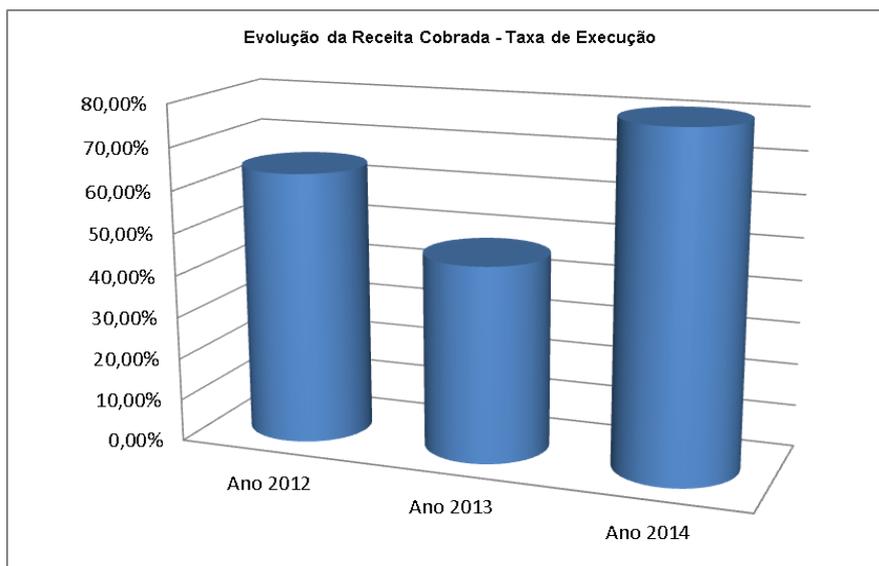


Gráfico 3-Evolução, nos últimos anos, da taxa de execução da receita

5.1.3. Execução da Despesa

A execução orçamental da despesa por classificação económica apresentada no quadro seguinte, permite concluir que os graus de execução de cada rubrica apresentam-se de forma heterogénea, sendo que, tendencialmente, os agregados correntes apresentam taxas de concretização superiores aos de capital.

O orçamento inicial de 2014 previa um valor de 2.286.653,00€. Sujeito a uma revisão orçamental no decorrer do ano, o orçamento final atingiu o valor de 1.542.635,00€, repartido pelas rubricas resumidas no quadro abaixo.

A despesa paga no ano ascendeu a 1.093.687,43€, dos quais 791.256,23€ são relativos a despesas correntes e 302.431,20€ relativos a despesas de capital.

Classificação Económica	Designação	Dotações Corrigidas	Compromissos Assumidos no Exercício	Despesa Paga	Compromissos Por Pagar	Grau de Execução da Despesa (%)
01	Despesas com Pessoal	326.011,46 €	297.664,55 €	290.813,89 €	6.850,66 €	89,20%
0101	Assembleia Intermunicipal	10.110,00 €	457,92 €	457,92 €	0,00 €	4,52%
010201	Remunerações Certas e Permanentes	252.230,65 €	235.888,90 €	229.136,81 €	6.752,09 €	90,84%
010202	Abonos Variáveis ou eventuais	10.831,07 €	10.250,31 €	10.250,31 €	0,00 €	94,63%
010103	Encargos da Entidade	52.839,74 €	51.067,42 €	50.968,85 €	98,57 €	96,45%
02	Aquisição de Bens e Serviços	592.755,70 €	539.044,43 €	499.484,54 €	39.559,89 €	84,26%
0201	Aquisição de Bens	31.441,16 €	24.588,87 €	21.207,76 €	3.381,11 €	67,45%
0202	Aquisição de Serviços	561.314,54 €	514.455,56 €	478.276,78 €	36.178,78 €	85,20%
03	Juros e outros encargos	322,40 €	224,52 €	224,52 €	0,00 €	69,64%
06	Outras despesas correntes	895,44 €	785,22 €	733,28 €	51,94 €	81,89%
07	Aquisição de bens de Capital	622.650,00 €	584.787,99 €	302.431,20 €	282.356,79 €	48,57%
Total Despesas Correntes		919.985,00 €	837.718,72 €	791.256,23 €	46.462,49 €	86,00%
Total Despesas de Capital		622.650,00 €	584.787,99 €	302.431,20 €	282.356,79 €	48,57%
Total Geral		1.542.635,00 €	1.422.506,71 €	1.093.687,43 €	328.819,28 €	70,89%

Tabela 31- Execução Orçamental da Despesa

De acordo com a leitura do gráfico seguinte, no capítulo da despesa corrente, verifica-se que a maior parcela respeita às aquisições de serviços em cerca de 61%, designadamente pela contratação de serviços de consultoria e de outros trabalhos especializados necessários à concretização dos objetivos propostos. No Mapa de Contratação Administrativa em anexo ao presente relatório, encontram-se todos os procedimentos de contratação pública de ajuste direto-regime geral, nos termos do Código dos Contratos Públicos, com execução no período em análise.

Note-se que a CIM recorre a estas aquisições de serviços, por se continuar a verificar a recorrente falta de meios técnicos necessários e suficientes para a prossecução dos projetos em curso.

Cerca de 30% das despesas correntes respeitam a pagamentos de remunerações certas e permanentes dos vencimentos do pessoal do quadro e em regime de avença.

Relativamente ao ano transato (no 2013), as despesas com pessoal sofreram um aumento significativo, pela afetação de dois funcionários transferidos da extinta CIM Pinhal Interior Norte; pela contratação em regime de mobilidade de um técnico superior e de um assistente técnico e pela requisição de quatro colaboradores em regime de avença.

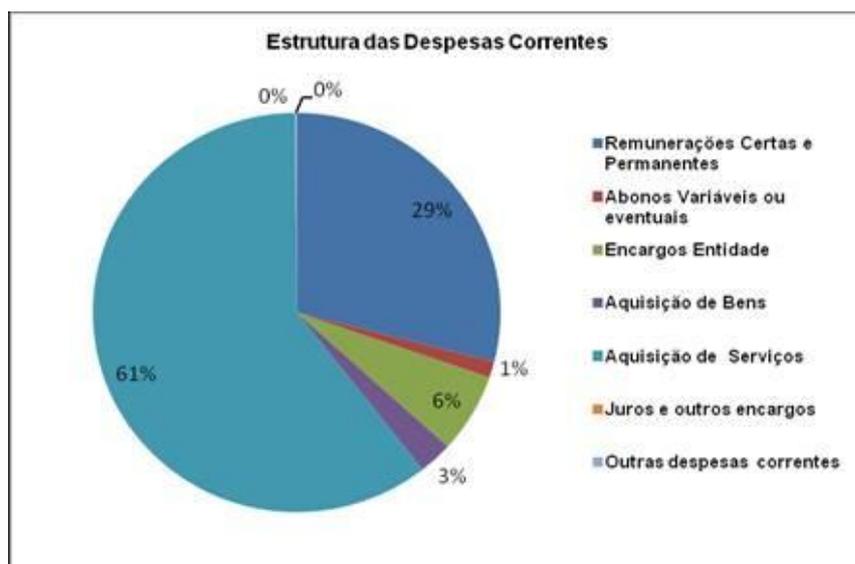


Gráfico 4-Estrutura das despesas correntes

No capítulo de despesas de capital, importa registar que o total da despesa paga em 302.431,20€, respeita fundamentalmente a:

- I. Realização do “Estudo Geral do Traçado” no âmbito do projeto “Ciclovia do Mondego” no valor de 26.568,00€;
- II. Aquisição de equipamentos de proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais, no total de 234.122,71€;
- III. Remodelação do stand institucional da CIMRC em 18.376,20€.

Em termos de evolução global de execução da despesa paga, nos anos de 2012 a 2014, verifica-se um aumento comparativamente com os anos homólogos:

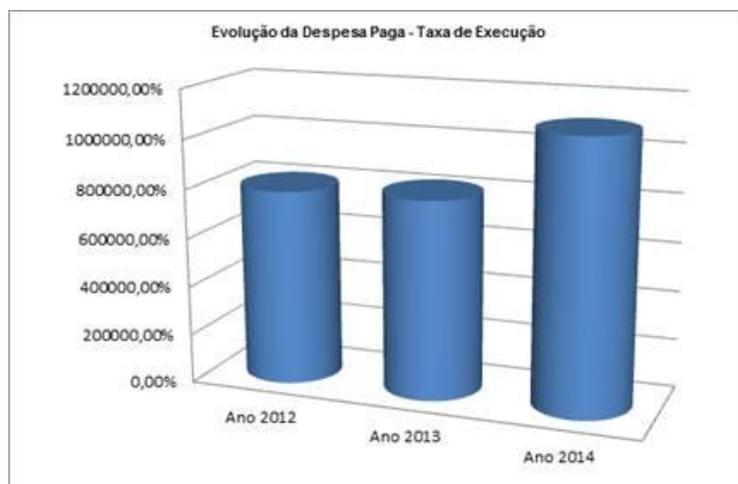


Gráfico 5-Evolução, nos últimos anos, da taxa de execução da despesa

5.1.4. Equilíbrio Orçamental

O saldo entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes garante o equilíbrio orçamental, libertando valores para a cobertura de Investimento, se necessário.

Classificação económica	Valor
1 - Total Receita corrente executada	1.062.170,52€
2 - Total Despesa corrente executada	791.256,23€
(1) - (2) = Poupança orçamental	270.914,29€

Tabela 32 - Equilíbrio Orçamental, ano de 2014

5.1.5. Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano (GOP), compostas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, espelham a estrutura do planeamento das diversas áreas de intervenção intermunicipal e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento, organizada por objetivos, programas, projetos e ações.

Em 2014, a taxa de execução anual das GOP ascendeu a 80,15%, correspondendo ao valor executado de 1.797.753,23€.

5.1.6. Fluxos de Caixa: Final da Gerência de 2014

O Mapa resumo dos fluxos de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como os movimentos relativos a operações de tesouraria.

Os valores de operações de tesouraria referem-se às retenções obrigatórias sobre as remunerações dos funcionários, cujos montantes são entregues pela CIM Região de Coimbra durante o mês seguinte, nos termos dos prazos legais estabelecidos para cada situação.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar a relação dos recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício de 2014, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações extraorçamentais (operações de tesouraria).

O saldo final da gerência do ano de 2014 (execução orçamental) totaliza 652.142,52€.

Descrição	Parcial	Total
Recebimentos		
Saldo Gerência Anterior		515.427,46 €
Receitas Orçamentais		1.232.074,35 €
Receitas Correntes	1.062.170,52 €	
Receitas de Capital	169.903,83 €	
Operações de Tesouraria		65.852,14 €
Total		1.813.353,95 €
Pagamentos		
Despesas Orçamentais		1.093.687,43 €
Despesas Correntes	791.256,23 €	
Despesas Capital	302.431,20 €	
Operações de Tesouraria		67.524,00 €
Saldo Gerência Seguinte		652.142,52 €
Execução Orçamental	642.236,90 €	
Operações de Tesouraria	9.905,62 €	
Total		1.813.353,95 €

Tabela 33 - Fluxos de Caixa

5.2. Análise Patrimonial

As demonstrações financeiras foram elaboradas com respeito pelas regras definidas no POCAL e por todos os princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA).

A presente análise económica e financeira sintetiza os resultados obtidos pela CIM Região de Coimbra, bem como a sua situação patrimonial em 31 de dezembro de 2014.

5.2.1. Demonstração de Resultados

O mapa “Demonstração de Resultados” evidencia informação adicional relativa aos custos e perdas do exercício comparativamente com o ano anterior.

Após o apuramento das contas relativas ao exercício económico de 2014, apurou-se um resultado líquido do exercício positivo no valor de 49.906,95€. Para este valor contribuiu um montante global de custos de 896.445,18€ e um montante global de proveitos de 946.352,13€.

O resultado líquido apurado é assim formado pelas seguintes rubricas de classificação patrimonial:

Rubricas	2014	%	2013	%
Custos e Perdas				
Consumo de Materiais	3,99 €	0,00	- €	0,00
Fornec. Serviços Externos	481.390,53 €	53,70	605.415,28 €	68,39
Custos com Pessoal	249.681,42 €	27,85	165.332,56 €	18,68
Outros Custos Operacionais	- €	0,00	- €	0,00
Amortizações	164.421,83 €	18,34	86.909,86 €	9,82
Provisões do Exercício	- €	0,00	- €	0,00
Outros Custos e Perdas Operacionais	348,24 €	0,04	323,65 €	0,04
Custos e Perdas Financeiras	307,32 €	0,03	55,44 €	0,01
Custos e Perdas Extraordinárias	291,85 €	0,03	27.228,37 €	3,08
Total	896.445,18 €	100,00	885.265,16 €	100,00
Proveitos e Ganhos				
Vendas	- €	0,00	- €	0,00
Prestação de Serviços	51.706,58 €	5,46	- €	0,00
Impostos e Taxas	1.328,28 €	0,14	- €	0,00
Proveitos Suplementares	- €	0,00	- €	0,00
Transf. Subsídios Obtidos	832.292,61 €	87,95	908.425,17 €	99,82
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	- €	0,00	- €	0,00
Proveitos e Ganhos Financeiros	3.169,07 €	0,33	1.634,31 €	0,18
Proveitos e Ganhos Extraordinários	57.855,59 €	6,11	0,34 €	0,00
Total	946.352,13 €	100,00	910.059,82 €	100,00
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	49.906,95 €		24.794,66 €	

Tabela 224 - Demonstração de Resultados

Passemos à análise do comportamento das rubricas com maior peso percentual no resultado líquido:

- I. Os fornecimentos e serviços externos representam cerca de 53,7% do total dos custos a que respeitam, na sua grande maioria, a trabalhos especializados e a serviços de apoio técnico e de consultoria, por força dos projetos intermunicipais em que a CIM é promotora, nomeadamente:
 - ✓ Preparação da Estratégia Territorial de Desenvolvimento da Região de Coimbra, no âmbito do Período de Programação Comunitária 2014-2020;
 - ✓ Acompanhamento geral do projeto do Empreendedorismo da Região de Coimbra ao nível da execução do programa de educação empreendedora nas Escolas; do acompanhamento especializado ao empreendedor, bem como na capacitação técnica da rede;
 - ✓ Projeto de formação no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano, Eixo 3 - Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Tipologia 3.4 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local;
 - ✓ Gestão, acompanhamento e controlo no âmbito do contrato de subvenção global estabelecido entre a CIM e a Autoridade de Gestão do Programa "Mais Centro";
 - ✓ Execução da candidatura SAMA (SPA-E-CIMBM – Serviços Partilhados de Aproveitamento Eletrónico da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego).
- II. Os custos com pessoal, que representam cerca de 30% do total dos custos verificados no ano, respeitam a despesas com postos de trabalho idênticos aos verificados no ano anterior, acrescidas de um técnico superior e de um assistente técnico requisitados em regime de mobilidade, dois Técnicos Superiores transferidos da extinta CIM PIN e três contratos em regime de avença.
- III. Os proveitos do exercício respeitam a transferências correntes por via das quotizações dos Municípios associados e, por outro lado, à transferência da DGAL por via do Orçamento de Estado. Quanto aos subsídios correntes obtidos, os mesmos resultam dos montantes FSE e FEDER por força dos projetos supramunicipais em que a CIM Região de Coimbra é executora.

5.2.2. Balanço

Pela análise de Balanço resumido na tabela seguinte, destacam-se as seguintes situações:

- ✓ O montante relevado em imobilizado incorpóreo respeita ao valor dos estudos prévios à execução da construção da Ciclovia do Mondego; ao valor correspondente à implementação da plataforma eletrónica subjacente à Central de Compras e a valores referentes a *softwares* informáticos;
- ✓ O imobilizado corpóreo relaciona-se com todo o equipamento administrativo informático consignado às instalações da CIM RC, para o bom funcionamento dos respetivos postos de trabalho. Faz ainda parte deste imobilizado, o valor de duas viaturas que foram adquiridas no fim do ano de 2013. Importa ainda referir que, na sequência da transferência de parte dos bens de imobilizado oriundos da extinta CIM Pinhal Interior Norte, foram registados na contabilidade, todos esses bens, pelo valor atual, resultando num acréscimo de 627,87€;

- ✓ As dívidas de terceiros de curto prazo, no valor de 137.705,46€, resume-se fundamentalmente pelos valores em dívida por parte dos Municípios associados, quer por conta das quotizações quer, por outro lado, por força da gestão dos projetos supramunicipais. Ainda o valor de 12.466,43€ respeita ao valor cobrado e não recebido de taxas específicas no âmbito da atividade desenvolvida pela Central de Compras;
- ✓ Relativamente aos valores em dívida a terceiros em 214.715,20€ respeita a dívidas com fornecedores de conta corrente e de imobilizado (7.228,36€ e 192.662,78€, respetivamente) e com o Estado e outros Entes públicos (por força de encargos da entidade patronal sobre remunerações dos funcionários), em 14.193,53€. O referido valor em dívida a fornecedores de imobilizado, refere-se à aquisição de parte dos equipamentos de proteção individual a bombeiros, no âmbito da candidatura POVT.

Rubricas	2014		2013
ATIVO	AB	AL	AL
Imobilizado Incorpóreo	303.155,90 €	53.361,90 €	159.241,68 €
Imobilizado Corpóreo	640.098,92 €	548.262,77 €	133.711,59 €
Dívidas de Terceiros - curto prazo	137.705,46 €	137.705,46 €	264.209,57 €
Disponibilidades	652.032,66 €	652.032,66 €	515.427,46 €
Acréscimos e Diferimentos	822.307,39 €	822.307,39 €	0,00 €
Total Ativo	2.555.300,33 €	2.213.670,18 €	1.072.590,30 €
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Património	201.069,08 €		201.069,08 €
Reservas	347.906,49 €		10.089,81 €
Resultados transitados	834.444,82 €		678.547,48 €
Resultado Líquido Exercício	49.906,95 €		24.794,66 €
Dívidas a Terceiros - curto prazo	214.715,20 €		158.089,27 €
Acréscimos e Diferimentos	565.627,64 €		0,00 €
Total Fundos Próprios e Passivo	2.213.670,18 €		1.072.590,30 €

Tabela 35 – Balanço

- ✓ O valor das disponibilidades em 652.032,66€, reparte-se pela conta de depósitos à ordem e depósitos a prazo. Acresce ainda um valor residual em Caixa de 0,32 €, correspondente ao Fundo Fixo de Caixa, criado para fazer face a despesas de valor reduzido, tendo o mesmo um plafond máximo de 100,00 €;
- ✓ Os acréscimos e diferimentos respeitam, na sua quase totalidade; à especialização das participações FEDER e FSE;
- ✓ O resultado patrimonial mantém-se em 201.069,08€ desde a data de constituição da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, não tendo sido efetuado até à data, qualquer reforço.

5.3. Indicadores de Gestão

Dispõe ainda o Ponto 13 do POCAL que o Relatório de Gestão deve contemplar uma síntese da Situação Financeira, considerando os indicadores de Gestão Financeira apropriados à análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Deste modo, apresenta-se um quadro resumo, com todos esses indicadores:

Rácio	Conteúdo	Fórmula de Cálculo	%
Grau de Cobertura global das receitas e das despesas	Cobertura das Despesas Correntes pelas Receitas Correntes	Despesa Corrente/Receita Corrente	74,49%
	Cobertura das Despesas pelas Receitas	Receita Total/Despesa Total	112,65%
	Capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas correntes	Receita Corrente/Despesa Corrente	134,24%
	Capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas de capital	Receita de Capital/Despesa de Capital	56,18%
	Grau de cobertura da despesa total por transferências da Administração Central	Transferências da Administração Central/Despesa Total	54,29%
Estrutura da Receita	Peso das Transferências da Administração Local na Receita Total	Transferência da Administração Local/Receita Total	50,57%
	Peso das Transferências da Administração Central na Receita Total	Transferência da Administração Central/Receita Total	48,19%
	Peso das Transferências Correntes e de Capital obtidas em projetos Cofinanciados	Transferência Correntes e de Capital obtidas em projetos Cofinanciados/Receita Total	25,33%
Estrutura da Despesa	Peso das Despesas com Pessoal nas Despesas Correntes	Despesas com Pessoal/Despesas Correntes	36,75%
	Peso das Despesas com Bens e Serviços nas Despesas Correntes	Despesas com Bens e Serviços/Despesas Correntes	63,13%
	Peso da aquisição de bens de capital nas Despesas de Capital	Aquisição de Bens de Capital/Despesa de Capital	0,03%
	Peso das Despesas com Bens e Serviços na Despesa Total	Despesas com Bens e Serviços/Despesa Total	45,67%
	Peso das Despesas com Pessoal na Despesa Total	Despesas com Pessoal/Despesa Total	23,60%
	Peso da aquisição de bens de capital na Despesa Total	Aquisição de Bens de Capital/Despesa Total	0,01%
Financiamento da Despesa	Grau de Cobertura das Receitas Correntes sobre as Despesas com Pessoal	Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	27,38%
	Grau de Cobertura das Receitas Correntes sobre as Despesas com Bens e Serviços	Despesas com Bens e Serviços/Receitas Correntes	63,13%
	Grau de Cobertura da Receita Total sobre as Despesas com Pessoal	Despesa com Pessoal / Receita Total	23,60%
	Grau de Cobertura da Receita Total sobre as Despesas com Bens e Serviços	Despesa com Bens e Serviços/Receita Total	40,54%

Tabela 36 - Indicadores de Gestão

5.4. Proposta de Aplicação de Resultados

Relativamente à aplicação do resultado líquido do exercício, o ponto 2.7.3 do POCAL dispõe o seguinte:

Ponto 2.7.3.1 – A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovado pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo;

Ponto 2.7.3.2 – No início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 – resultados transitados;

Ponto 2.7.3.3 – Quando houver saldo positivo na “conta 59 – Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património ou
- b) Constituição/reforço de reservas

Ponto 2.7.3.4 – É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da “conta 51 – Património” corresponda a 20% do ativo líquido;

Ponto 2.7.3.5 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da “conta 571 – Reservas legais”, no mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Uma vez que o valor contabilístico da “conta 51 Património” é de 201.069,08€, inferior a 20% do Ativo Líquido, haverá lugar a reforço do Património.

Face ao exposto, propõe-se, de acordo com as disposições legais, a seguinte aplicação de resultados:

1. Constituição de Reservas Legais (conta 571), de acordo com o disposto na alínea b) do ponto 2.7.3.3 e no ponto 2.7.3.5 do POCAL, no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício, correspondente ao valor de 2.495,34€;
2. A transferência do remanescente para a conta de 51 - Património, em 24.495,35€.

6. Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício

Após o encerramento das contas não ocorreram factos que possam vir a influenciar os resultados agora apresentados.

VI – ANEXO I

Quadro 1: Aprovação e Execução, por operação, no âmbito da Contratualização, a 31/12/2014

Beneficiário	Nome do Projeto	Feder Aprovado (€)	Feder Validado (€)	Feder Pago (€)	Taxa de Realiz.	Taxa de Pagam.	Taxa de Reemb.
Município de Arganil	Centro Educativo de Coja (Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, Pré-Escolar e Creche)	906 722,43	906 722,43	906 722,43	100,00%	100,00%	100,00%
	Parque Verde Urbano do Sub-Paço	574 096,71	422 954,64	422 954,64	73,67%	73,67%	100,00%
	Reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense	2 625 816,18	2 563 576,53	2 383 870,33	97,63%	90,79%	92,99%
	Requalificação da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Arganil	1 223 071,56	1 223 071,55	1 223 071,23	100,00%	100,00%	100,00%
	Requalificação da Ribeira de Piódão e Zona Envolvente	602 560,16	602 560,16	602 560,16	100,00%	100,00%	100,00%
Município de Cantanhede	Centro Educativo de Ançã	1 612 192,14	1 612 192,14	1 531 582,53	100,00%	95,00%	95,00%
	Centro Escolar de Cadima	1 036 550,77	918 636,62	895 830,29	88,62%	86,42%	97,52%
	Construção da E.R.335-1: Via Regional Cantanhede/IC1 (Tocha)	210 170,25	210 170,25	209 367,09	100,00%	99,62%	99,62%
	Pavilhão Desportivo de Febres	1 230 604,23	302 010,71	302 010,71	24,54%	24,54%	100,00%
	Requalificação Urbana da Rua 1º de Maio	311 529,46	311 529,46	332 572,49	100,00%	106,75%	106,75%
Inova, E.M.	Requalificação Urbana no Concelho por Empreitada - Ruas da Azinhaga e do Calvário (Murte)de	75 725,36	75 725,36	84 444,89	100,00%	111,51%	111,51%
Município de Coimbra	Complexo Desportivo de Ançã	419 175,00	139 510,78	146 495,67	33,28%	34,95%	105,01%
	CENTRO ESCOLAR DA SOLUM SUL	2 012 892,01	1 977 151,17	1 877 231,31	98,22%	93,26%	94,95%
	CENTRO ESCOLAR DE MONTES CLAROS	844 855,21	844 855,21	802 612,44	100,00%	95,00%	95,00%
	CENTRO ESCOLAR QUINTA DAS FLORES	862 619,37	862 619,37	819 488,40	100,00%	95,00%	95,00%
	ESCOLA BÁSICA 1 DE COSELHAS	442 050,50	442 050,50	402 660,47	100,00%	91,09%	91,09%
	ESCOLA BÁSICA 1 DO TOVIM	390 003,71	390 003,71	370 503,53	100,00%	95,00%	95,00%
	Ligação Intermunicipal Miranda do Corvo / Coimbra - Estrada Vale de Açor / Ceira, incluindo as Pontes do Cabouco e da Longra	938 005,98	875 567,77	831 789,38	93,34%	88,68%	95,00%
	Ligação Vale de Canas / Casal da Misarela - 1ª Fase	162 987,91	162 979,03	155 156,88	99,99%	95,20%	95,20%
	M2M - Modernizar para o Município	107 705,71	106 992,00	101 642,40	99,34%	94,37%	95,00%
	Qualificação Ambiental dos Fornos - Coimbra (Construção da passagem hidráulica sob a ex EN1 - Rio dos Fornos e Drenag. pluvial da R. dos Alcorredores)	514 687,53	514 687,53	506 027,89	100,00%	98,32%	98,32%
Município de	Reabilitação da Casa do Arco para instalação da Casa da Escrita - 1ª Fase	1 148 402,88	1 148 402,87	1 148 402,88	100,00%	100,00%	100,00%
	Via Estruturante Sta. Clara / S. Martinho do Bispo - Ligação Quinta do Lagar / Centro de Saúde de Sta. Clara	638 559,75	638 559,75	638 559,75	100,00%	100,00%	100,00%
Município de	Centro de Eventos de Sicó - P.O.R.O.S. - Construção da 1.ª Fase	2 671 057,87	1 667 819,83	1 698 415,30	62,44%	63,59%	101,83%

Condeixa-a-Nova	Centro Educativo de Condeixa-a-Nova	1 631 590,55	1 631 590,55	1 550 011,03	100,00%	95,00%	95,00%
	Construção do Campo Relvado Sintético	1 436 308,95	1 436 308,95	1 372 279,29	100,00%	95,54%	95,54%
	O BIA - Balcão Integrado de Atendimento e Ações Complementares de Modernização Administrativa	80 863,93	80 863,93	82 169,29	100,00%	101,61%	101,61%
Município da Figueira da Foz	Centro Escolar de S. Julião / Tavarede	2 650 007,74	2 650 007,74	2 600 489,32	100,00%	98,13%	98,13%
	Centro Escolar de Vila Verde (V.V)	438 248,97	438 248,97	438 248,97	100,00%	100,00%	100,00%
	Construção da Variante Interna do Paião	265 014,63	265 014,63	251 763,90	100,00%	95,00%	95,00%
	Medidas de Segurança Rodoviária junto a Escolas	161 279,00	4 071,13	37 135,48	2,52%	23,03%	912,17%
	Requalificação da Rua 5 de Outubro e Zona Envolvente	563 352,97	547 337,25	535 185,32	97,16%	95,00%	97,78%
	Requalificação do Campo de Treinos do Estádio José Bento Pessoa	599 113,91	521 769,86	540 452,31	87,09%	90,21%	103,58%
Município de Góis	AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA DE GÓIS	135 917,45	135 917,45	129 535,46	100,00%	95,30%	95,30%
	CONSTRUÇÃO CENTRO ESCOLAR DE ALVARES	539 150,79	539 150,79	512 193,24	100,00%	95,00%	95,00%
	CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA DE GÓIS	1 639 814,23	1 639 814,23	1 557 823,02	100,00%	95,00%	95,00%
Município da Lousã	Construção da Escola Básica do 1º, 2º e 3º Ciclos da Lousã	1 522 044,24	1 522 044,24	1 516 962,01	100,00%	99,67%	99,67%
	Repavimentação da EN 342 entre Lousã e Limite do Concelho - Trabalhos de Conclusão	675 967,64	675 967,64	642 168,77	100,00%	95,00%	95,00%
Município da Mealhada	Centro Educativo de Pampilhosa	1 595 517,03	1 595 517,04	1 577 588,88	100,00%	98,88%	98,88%
	Centro Escolar do Luso	1 092 184,06	651 894,42	679 652,34	59,69%	62,23%	104,26%
	Construção de Ponte em Várzeas - Luso	357 465,28	357 465,27	357 465,27	100,00%	100,00%	100,00%
	Equipamentos de Apoio ao Parque da Cidade	291 132,38	291 132,38	290 706,61	100,00%	99,85%	99,85%
	Espaço Inovação do Município de Mealhada	727 812,76	474 240,28	474 240,28	65,16%	65,16%	100,00%
	Infraestruturas Zona Industrial Bairrada/Pedrulha - 2ª Fase	740 866,27	740 866,27	734 505,92	100,00%	99,14%	99,14%
	Posto de Turismo e Loja das 4 Maravilhas da Mealhada	487 077,82	173 729,67	178 968,39	35,67%	36,74%	103,02%
	Reabilitação rua das Ferrugens e largo do cemitério na Antes	150 915,32	150 915,32	150 915,32	100,00%	100,00%	100,00%
	Reconversão dos Viveiros Florestais de Mealhada/Parque Urbano	1 629 359,76	1 629 359,76	1 547 891,77	100,00%	95,00%	95,00%
	Requalificação Largo de S. Martinho em Arinhos	209 444,97	209 444,97	202 485,99	100,00%	96,68%	96,68%
	Requalificação Urbana da Vila de Luso - Valorização Paisagística	1 011 795,04	1 011 795,04	961 205,29	100,00%	95,00%	95,00%
MUNICÍPIO DE MIRA	Ampliação/Requalificação Zona Industrial - Polo II	522 157,62	522 157,62	496 049,75	100,00%	95,00%	95,00%
	Correcção do Traçado e Repavimentação da Variante Sul	558 902,51	532 046,81	530 957,38	95,19%	95,00%	99,80%
	Iniciativas Integradas de Valorização Territorial do Litoral	557 903,38	557 903,38	530 008,21	100,00%	95,00%	95,00%
	Polo Educativo da Zona Sul	302 603,94	302 603,94	287 473,74	100,00%	95,00%	95,00%
	Remodelação do Polo Educativo da Praia de Mira	162 705,09	162 705,09	154 569,83	100,00%	95,00%	95,00%
Município de Miranda do Corvo	Beneficiação da E.M. entre Miranda do Corvo e o nó de ligação a Vale do Açor	225 207,84	225 207,84	213 947,44	100,00%	95,00%	95,00%
	CASA DAS ARTES DE MIRANDA DO CORVO	2 461 023,45	2 394 110,05	2 290 782,96	97,28%	93,08%	95,68%
	Centro Educativo em Miranda do Corvo	1 559 266,40	1 559 266,40	1 481 303,08	100,00%	95,00%	95,00%
	Construção de Infraestruturas na Zona Industrial de Vale Marelo - 1.ª Fase	225 655,45	225 655,45	225 655,45	100,00%	100,00%	100,00%

	Pavilhão Multiserviços de Semide	331 266,88	331 266,88	331 266,88	100,00%	100,00%	100,00%	
	Requalificação da área verde de lazer na Quinta da Paiva	335 619,44	316 634,38	330 733,74	94,34%	98,54%	104,45%	
Município de Montemor-o-Velho	Arranjo Urbanístico em Pereira: Rua José Augusto Mendes dos Santos	273 978,36	22 827,08	0,00	8,33%	0,00%	0,00%	
	Arranjos Urbanísticos nas Meãs: Rua Principal (desde o Largo de S. Sebastião até ao Cruzeiro) e alargamento de arruamento nas Calaçotas	161 736,92	161 736,92	159 682,45	100,00%	98,73%	98,73%	
	Centro Educativo de Montemor	1 505 660,70	1 505 660,70	1 430 377,66	100,00%	95,00%	95,00%	
	Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca	401 563,14	262 093,74	283 890,91	65,27%	70,70%	108,32%	
	Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Montemor-o-Velho, Gatões e Seixo	601 311,14	56 690,89	63 360,40	9,43%	10,54%	111,76%	
	Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras - Arazede/Meco: Arruamento do Meco (Construção)	217 833,66	207 990,32	206 941,97	95,48%	95,00%	99,50%	
	Eixo Viário do Sistema Urbano do Vale	1 178 477,96	814 362,34	985 555,39	69,10%	83,63%	121,02%	
	Intervenção no Espaço Urbano de Montemor-o-Velho	385 472,41	366 621,10	352 054,00	95,11%	91,33%	96,03%	
		Pólo Logístico e Industrial de Arazede (1.ª Fase)	1 995 872,29	1 444 701,54	1 114 195,23	72,38%	55,82%	77,12%
		Relvados Sintéticos de Arazede e Carapinheira	522 907,47	522 907,47	496 762,10	100,00%	95,00%	95,00%
		Sintético de Montemor-o-Velho	261 767,89	69 009,20	0,00	26,36%	0,00%	0,00%
	Sintético de Pereira	305 526,44	294 887,93	290 250,12	96,52%	95,00%	98,43%	
Município de Mortágua	Centro Educativo de Mortágua	3 681 981,09	3 681 981,08	3 497 882,04	100,00%	95,00%	95,00%	
	Infra-Estruturas Rodoviárias do Loteamento da Área da Cerâmica	168 126,62	168 126,62	159 720,29	100,00%	95,00%	95,00%	
Município der Oliveira de Hospital	Benef., Rectif. e Paviment. da EM 504 entre Lagares da Beira/Limite Concelho - Benef., Rect. e Pavim. da EM 504-2 entre a EM 504 e a povoação de Meruge	577 365,02	577 365,02	577 365,02	100,00%	100,00%	100,00%	
	Centro Educativo de Nogueira do Cravo	1 071 120,80	1 071 120,81	1 032 371,00	100,00%	96,38%	96,38%	
	Estrada do Vale do Alva - 3ª Fase: Troço III Aldeia das Dez / Vale de Maceira	1 030 328,32	1 029 021,40	977 504,98	99,87%	94,87%	94,99%	
	Execução da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital - Infraestruturas Fase I	411 135,99	411 136,00	390 578,70	100,00%	95,00%	95,00%	
	Rectificação e Pavimentação da EM 509 - Nogueira do Cravo / Aldeia de Nogueira / Oliveira do Hospital	771 018,18	771 018,19	732 466,77	100,00%	95,00%	95,00%	
	Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal	679 651,66	679 651,66	679 651,66	100,00%	100,00%	100,00%	
	REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1/JI DE OLIVEIRA DO HOSPITAL	365 674,19	365 674,19	365 674,19	100,00%	100,00%	100,00%	
Requalificação Urbanística da Av. D. Manuel I e Av. Nova, em Ervedal da Beira - 1.ª Fase	304 436,27	279 695,15	289 213,97	91,87%	95,00%	103,40%		
Município de Pampilhosa da Serra	Construção da EB1 / JI de Dornelas do Zêzere	474 508,10	474 508,10	450 782,70	100,00%	95,00%	95,00%	
	Pavimentação da EM Portela do Fojo / Padrões	317 479,06	317 479,06	301 605,11	100,00%	95,00%	95,00%	
	Requalificação do Rio Unhais_Pampilhosa da Serra	2 235 044,85	2 235 044,85	2 123 292,61	100,00%	95,00%	95,00%	
	Variante a Vidual de Cima	1 750 644,66	1 663 112,42	1 677 731,38	95,00%	95,84%	100,88%	
Município de	Arrelvamento Sintético de Campos para a prática desportiva:Feira Nova, da Serra e Dr. Viegas	849 303,47	849 303,47	806 837,90	100,00%	95,00%	95,00%	

Penacova	Pimentel						
	Construção da Biblioteca Municipal	421 421,08	359 570,45	385 004,59	85,32%	91,36%	107,07%
	Construção da Biblioteca Municipal de Penacova (Centro Cultural)	1 534 863,94	1 534 863,94	1 453 149,23	100,00%	94,68%	94,68%
	Construção da Escola Básica do 1º Ciclo do Penacova	1 466 282,06	1 390 750,06	1 390 750,06	94,85%	94,85%	100,00%
	Estrada de Ligação EN17/IP3(Nó de Miro)IC7(SPA)-Estrada de Ligação EN17 ao IP3 Nó de Miro(Variante Miro)	441 734,79	303 540,42	303 540,42	68,72%	68,72%	100,00%
Município de Penela	Beneficiação da EM Alfamar - Podentes	398 484,95	398 484,95	387 037,03	100,00%	97,13%	97,13%
	Beneficiação da EM Cerejeiras-Fetais Cimeiros	514 215,19	514 215,19	488 503,95	100,00%	95,00%	95,00%
	Centro Educativo de Penela - Ampliação da Escola Básica Integrada Infante D. Pedro	1 293 666,92	1 293 666,92	1 293 666,92	100,00%	100,00%	100,00%
	Centro Educativo do Espinhal	745 788,75	745 788,76	745 098,73	100,00%	99,91%	99,91%
	Requalificação Urbanística do Centro Histórico do Espinhal	466 237,33	466 237,33	466 237,33	100,00%	100,00%	100,00%
Município de Soure	Beneficiação da EM 622, Pedrogão do Pranto/Limite do Concelho	482 347,96	482 347,96	458 524,04	100,00%	95,06%	95,06%
	Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o limite do concelho	609 971,42	609 971,43	595 434,36	100,00%	97,62%	97,62%
	Campo Relvado Sintético de Vinha da Rainha	299 813,91	299 813,91	284 823,22	100,00%	95,00%	95,00%
	Centro Escolar da Freg. de Samuel	547 512,28	547 512,28	486 391,27	100,00%	88,84%	88,84%
	Centro Escolar da Freguesia de Granja do Ulmeiro	641 619,14	641 619,14	623 525,86	100,00%	97,18%	97,18%
	Centro Escolar das Freg. de Degraças/Pombalinho	568 392,70	568 392,70	508 646,61	100,00%	89,49%	89,49%
	Pavilhão Desportivo Municipal em Granja do Ulmeiro	832 312,67	832 312,67	790 697,03	100,00%	95,00%	95,00%
	Requalificação do Espaço Entre os Rios Anços e Arunca	709 954,83	709 954,85	674 457,09	100,00%	95,00%	95,00%
Município de Tábua	Centro Educativo de Tábua	1 632 734,41	1 632 734,41	1 605 125,41	100,00%	98,31%	98,31%
	Construção do Centro Cultural de Tábua	1 457 070,36	1 457 070,36	1 395 279,83	100,00%	95,76%	95,76%
Município de Vila Nova de Poiares	Conclusão do estabelecimento de ensino pré-escolar de São Miguel de Poiares	188 180,10	188 180,10	178 771,09	100,00%	95,00%	95,00%
	Remodelação e ampliação da escola do 1º ciclo do ensino básico de Poiares (Santo André)	1 523 283,74	1 523 283,74	1 447 119,54	100,00%	95,00%	95,00%
	Remodelação e ampliação da escola do 1º ciclo do ensino básico de São Miguel de Poiares	608 590,35	537 640,43	578 160,83	88,34%	95,00%	107,54%
	Remodelação e ampliação da escola do 1º ciclo do ensino básico e jardim de infância de Santa Maria	644 491,21	644 491,21	612 266,64	100,00%	95,00%	95,00%
	Total	89 965 497,12	83 410 545,45	80 786 724,65	92,71%	89,80%	96,85%

Quadro 2: Candidaturas com Pedidos de Pagamento analisados em 2014

Beneficiário	Projeto Designação
Município de Cantanhede	Centro Escolar de Cadima
	Pavilhão Desportivo de Febres
Município de Coimbra	Centro Escolar da Solum Sul
	Ligação Vale de Canas/Casal Misarela – 1ª Fase
	Ligação intermunicipal Miranda do Corvo/Coimbra - Estrada Vale de Açor/Ceira
	M2M – Modernizar para o Município
Município de Condeixa-a-Nova	O BIA - Balcão Integrado de Atendimento e Ações Complementares de Modernização Administrativa
	Centro de Eventos de Sicó - P.O.O.R.O.S. - Construção da 1ª Fase
Município da Figueira da Foz	Requalificação do Campo de Treinos do Estádio José Bento Pessoa
	Medidas de Segurança Rodoviária junto às Escolas
Município de Mealhada	Centro Escolar do Luso
	Posto de Turismo e Loja das 4 Maravilhas da Mealhada
	Espaço Inovação do Município de Mealhada
	Pólo Logístico e Industrial de Arazede - 1ª Fase
Município de Montemor-o-Velho	Intervenção no Espaço Urbano de Montemor-o-Velho
	Arranjos Urbanísticos nas Meãs: Rua Principal (desde o Largo de S. Sebastião até ao Cruzeiro) e alargamento de arruamento nas Calaçotas
	Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras - Arazede/Meco: Arruamento do Meco (Construção)
	Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras - Arazede/Meco: Arruamento do Meco (Construção)
	Sintético de Pereira
	Sintético de Montemor-o-Velho
	Arranjo Urbanístico em Pereira: Rua José Augusto Mendes dos Santos

Quadro 3: Candidaturas com aprovação, em 2014, da Decisão Final da verificação no local ou de conformidade

Beneficiário	Projeto Designação
Município de Cantanhede	Centro Educativo de Ançã
Município de Coimbra	Reabilitação da Casa do Arco para instalação da Casa da Escrita - 1ª Fase
	Repavimentação da Rua Corpo de Deus/Largo da N-ª Sr.ª da Vitória
	Repavimentação da Rua da Alegria, incluindo remodelação de infraestruturas
	Repavimentação e remodelação de infraestruturas da Couraça dos Apóstolos
	Ações associadas à animação da Parceria Local e à dinamização do Programa de Acção e sua divulgação
Município de Condeixa-a-Nova	Rua D. Elsa Sotto Mayor
Município da Figueira da Foz	Requalificação da Rua 5 de Outubro e Zona Envolvente
	PRU - UI Componente 11 - Gestão e comunicação do Programa de Acção
Município de Mealhada	Construção de Ponte em Várzeas – Luso
	Reabilitação Rua das Ferrugens e largo do cemitério na Antes
Município de Montemor-o-Velho	Relvados Sintéticos de Araze de e Carapinheira
	Dinamização/Programação Cultural
Município de Oliveira do Hospital	Requalificação Urbanística da Av. D. Manuel I e Av. Nova, em Ervedal da Beira - 1.ª Fase
Município de Pampilhosa da Serra	Requalificação do Espaço Envolvente à Escola Básica Integrada da Pampilhosa da Serra
	Ludoteca Criativa
Município de Penacova	Programa de Animação e Promoção Turística dos Novos Espaços
Município de Penela	Beneficiação da EM Alfafar – Podentes
	Beneficiação da EM Cerejeiras-Fetais Cimeiros
	Requalificação Urbanística da Rua de Coimbra

Quadro 4: Candidaturas com relatório de conformidade e no local em preparação/elaboração, na CIM RC, em 31/12/2014

Beneficiário	Projeto Designação
Município de Arganil	Requalificação da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Arganil
Município de Cantanhede	Construção da E.R. 335-1: Via Regional Cantanhede/IC1 (Tocha)
	Requalificação Urbana da Rua 1º Maio
	Requalificação Urbana no Concelho por Empreitada - Ruas da Azinhaga e do Calcário (Murtede)
	Gabinete da Cidade
	Parque Urbano da Quinta de S. Mateus
Município de Coimbra	Plataforma para a Biotecnologia
	Escola Básica 1 de Coselhas
	Centro Escolar de Montes Claros
	Centro Escolar Quinta das Flores
	Qualificação Ambiental dos Fornos - Coimbra (Construção de passagem hidráulica sob a ex EN 1 - Rio dos Fornos e Dreng. Pluvial da R. dos Alcorredores)
Município de Condeixa-a-Nova	Escola Básica 1 do Tovim
	Construção do Campo Relvado Sintético
	Centro Educativo de Condeixa-a-Nova
	Reabilitação da Rua 25 de Abril
	Rua Dr. Simão da Cunha
	Condeixa Vila Inteligente - Regeneração Urbana
	Remodelação da Praça da República/Largo Rodrigo da Fonseca Magalhães
Rua de Tomar	
Município da Figueira da Foz	Construção da Variante Interna do Paião
	Centro Escolar de S. Julião/Tavarede
Município de Góis	Construção Centro Escolar de Alvares
	Ampliação da Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Góis
	Construção da Casa da Cultura de Góis
Município da Lousã	Repavimentação da EN 342 entre Lousã e Limite do Concelho - Trabalhos de Conclusão
	Construção da EB 123 da Lousã - Componente 2º e 3º Ciclos
	Construção da Escola Básica do 1º, 2º e 3º Ciclos da Lousã
Município de Mealhada	Requalificação do Largo de S. Martinho em Arinhos
	Reconversão dos Viveiros Florestais de Mealhada/Parque Urbano
	Requalificação Urbana da Vila do Luso - Valorização Paisagística
	Centro Educativo da Pampilhosa
	Equipamentos de Apoio ao Parque da Cidade
Município de Mira	Infraestruturas da Zona Industrial Bairrada/Pedrulha - 2ª Fase
	Pólo Educativo da Zona Sul

	Ampliação/Requalificação da Zona Industrial - Pólo 2
	Iniciativas Integradas de Valorização Territorial do Litoral (Núcleo Museológico Local + Clube Náutico)
	Remodelação do Pólo Educativo da Praia de Mira
Município de Miranda do Corvo	Centro Educativo em Miranda do Corvo
	Bar quinta da Paiva
	Passeios na Rua Porto Mourisco, ligação à Rua Dr. Carlos Mota Pinto e arranjo urbanístico em Porto Mourisco
	Beneficiação da E.M. entre Miranda do Corvo e o nó de ligação a Vale do Açor
Município de Montemor-o-Velho	Centro Educativo de Montemor-o-Velho
	Arranjos Urbanísticos nas Meãs: Rua Principal (desde o Largo de S. Sebastião até ao Cruzeiro) e alargamento de arruamento nas Calaçotas
	Sintético de Pereira
	Ascensor mecânico - percurso pedonal assistido
Município de Mortágua	Centro Educativo de Mortágua
	Infra-estruturas Rodoviárias do Loteamento da Área da Cerâmica
Município de Mortágua	Centro Educativo de Nogueira do Cravo
Município de Oliveira do Hospital	Execução da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital - Infraestruturas Fase I
	Rectificação e Pavimentação da EM 509 - Nogueira do Cravo / Aldeia de Nogueira / Oliveira do Hospital
	Requalificação Urbanística do Largo Rib ^a Amaral e Req. Da Av. 5 de Outubro da R. Gen. Santos Costa e da R. Prof. Antunes Varela em Oliveira do Hospital
Município de Pampilhosa da Serra	Pavimentação da EM Portela do Fojo / Padrões
	Requalificação do Rio Unhais_Pampilhosa da Serra
	Reconversão Urbanística da Antiga Residência de Estudantes da Pampilhosa da Serra
	Reabilitação do Museu Municipal
Município de Penacova	Construção da Biblioteca Municipal de Penacova (Centro Cultural)
	Arrelvamento Sintético de Campos para a prática desportiva: Feira Nova, da Serra e Dr. Viegas Pimentel
	Requalificação da Praça do Município/ Espaços Públicos
	Parque de Estacionamento Subterrâneo
Município de Penela	Centro Educativo do Espinhal
Município de Soure	Centro Escolar de Degraças/Pombalinho
	Centro Escolar da Freguesia de Samuel
	Beneficiação da EM 622, Pedrogrão do Pranto/Limite do Concelho
	Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o limite do concelho
	Requalificação do Espaço entre os rios Anços e Arunca
	Pavilhão Desportivo Municipal de Granja do Ulmeiro
	Centro Escolar da Freguesia de Granja do Ulmeiro
	Campo Relvado Sintético de Vinha da Rainha
Município de Tábua	Centro Educativo de Tábua
	Construção do Centro Cultural de Tábua
Município de V. N. Poiares	Projeto de Arranjos Urbanísticos da Praça de Luís de Camões

VII. Deliberação do Conselho Intermunicipal

Foram presentes, em Reunião Ordinária do Conselho Intermunicipal, realizada em 14 de abril de 2015, o Relatório de Gestão de 2014, os documentos de Prestação de Contas do mesmo ano, e a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2014 da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Após análise, os documentos a votação foram aprovados por _____, com ____ votos a favor, ____ votos contra, e _____ abstenções, os quais se submetem à apreciação da Assembleia Intermunicipal, dando cumprimento à alínea d) do art.º 14º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

O Presidente do Conselho Intermunicipal,

(João Albino Rainho Ataíde das Neves)

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal,

(Ricardo Pereira Alves)

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal,

(José Carlos Alexandrino Mendes)

VIII. Deliberação da Assembleia Intermunicipal

Foram presentes, em Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 24 de abril de 2015, o Relatório de Gestão de 2014, os documentos de Prestação de Contas do mesmo ano, e a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2014 da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Após análise, os documentos a votação foram apreciados com ____ votos a favor, ____ votos contra, e ____ abstenções, tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pela mesa, que abaixo assinam.

O Presidente da Assembleia Intermunicipal,

(Fernando Luís de Almeida Torres Marinho)

O Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal,

(Fernando Santa Antunes)

O Secretário da Assembleia Intermunicipal,

(José Maria Maia Gomes)